

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS DE CACOAL  
DEPARTAMENTO DE DIREITO  
CURSO DE DIREITO**

**A PROBLEMÁTICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL E  
SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

**ALEXANDRE HENRIQUES RODRIGUES**

**Cacoal - RO  
2007**

**ALEXANDRE HENRIQUES RODRIGUES**

**A PROBLEMÁTICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL E  
SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à banca examinadora da  
Universidade Federal de Rondônia –  
UNIR – *Campus* de Cacoal, como  
exigência parcial para obtenção do  
Título de Bacharelado em Direito, sob  
a orientação do Professor  
Especialista Antônio Paulo dos  
Santos.

**Cacoal - RO  
2007**

**ALEXANDRE HENRIQUES RODRIGUES**

**A PROBLEMÁTICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL E  
SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

**AVALIADORES**

---

Professor Esp.Antônio Paulo dos Santos

---

Nota

---

Professor

---

Nota

---

Professor

---

Nota

---

Média

**Cacoal – RO  
2007**

Dedico esta árdua monografia, à minha mãe, meu pai, meu irmão e a todos familiares que sempre me incentivaram. A todos meus amigos, à minha namorada, as minhas amigas inseparáveis Suellen e Márcia Letícia, e aos demais amigos da faculdade, e em especial a DEUS.

Agradeço em especial à minha mãe, meu pai, meu irmão, minha namorada, meus familiares, meus amigos, amigos da faculdade, por fazerem parte da minha vida. Agradeço, em Especial, ao Prof. Antonio Paulo dos Santos por ser meu orientador, à Prof. Lindomar por estar nos auxiliando, e ao Prof. Silvério.

*À proporção que as penas forem mais suaves, quando as prisões deixarem de ser a horrível mansão do desespero e da fome, quando a piedade e a humanidade adentrarem as celas, quando, finalmente, os executores implacáveis dos rigores da justiça abrirem o coração à compaixão, as leis poderão satisfazer-se com provas mais fracas para pedir a prisão.*

Cesare Beccaria

## RESUMO

Um tema que há muito vem sendo debatido sem que tenham sido sentidas melhorias é o sistema penitenciário, seus problemas são inúmeros e, em regra, conhecidos da população de maneira geral. O aumento acelerado da criminalidade e, em consequência, o aumento da população dos presídios tem minado os esforços no sentido de humanizar o sistema penitenciário e conferir-lhe caráter ressocializador em atenção à proposta legal feita para tal sistema, firmando, ainda, um compromisso social de reintegrar o criminoso à sociedade. As possibilidades, nesse sentido, não têm se mostrado favoráveis, motivo pelo qual sente-se a necessidade de buscar alternativas destinadas a contribuir para a melhoria do sistema penitenciário, não apenas no sentido de torná-lo eficaz, mas, também, no intento de diminuir-lhe os custos, uma vez que tal receita poderia ser destinada a outros fins. Em face da problemática ora evidenciada surgiu o interesse em desenvolver o presente estudo com a intenção de pesquisar possíveis alternativas válidas para a solução dos problemas constantes no sistema prisional pátrio. Assim, o principal objetivo da pesquisa consistiu na busca de alternativas para o sistema penitenciário, o que foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Sistema penitenciário. Ressocialização. Alternativas.

## **ABSTRACT**

A subject that has very come being debated without they have been felt improvements is the penitentiary system, its innumerable problems is e, in rule, known of the population in a generalized manner. The speed up increase of crime and, in consequence, the increase of the population of the penitentiaries have mined the efforts in the direction of humanizar the penitentiary system and conferring ressocializador character to it in attention to the proposal legal made for such system, firming, still, a social commitment to reintegrate the criminal to the society. The possibilities, in this direction, if have not shown favorable, reason for which feels it necessity to search destined alternatives to contribute for the improvement of the penitentiary system, not only in the direction to become it efficient, but, also, in the intention to diminish the costs to it, a time that such prescription could be destined to other ends. In evidenced face of the problematic one however it appeared the interest in developing the present study with the intention to search possible valid alternatives for the solution of the constant problems in the native prisional system. Thus, the main objective of the research consisted of the search of alternatives for the penitentiary system, what it was carried through by means of documentary bibliographical research and.

**Key words:** Penitentiary system. Ressocialization. Alternatives.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1 ORIGEM DAS PRISÕES</b>	<b>12</b>
1.1 TEORIAS DA PENA	16
1.1.1 Teorias Absolutas	16
1.1.2 Teorias Relativas	17
1.1.3 Teorias Mistas	18
<b>2 O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO</b>	<b>19</b>
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	19
2.2 PANORAMA ATUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	21
<b>3 POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA A MELHORIA DO INSTITUTO “PRISÃO”</b>	<b>28</b>
3.1 PENAS ALTERNATIVAS	31
3.1.1 Espécies de Penas Alternativas Presentes na Lei 9.714/98	38
3.2 PRIVATIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS	40
3.3 APAC	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>50</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

A punição para as condutas incompatíveis com a convivência social não é fator hodierno da sociedade, antes, é uma construção histórica que adquiriu contornos específicos em cada tempo e lugar, entretanto, com a característica comum de punir por um mal praticado.

Essa punição, (foi pura e simples) em determinadas épocas, teve a intenção de reparar o mal causado à vítima em outras situações e, atualmente, tem por principal finalidade corrigir o criminoso, permitindo sua reintegração à sociedade quando o apenado estiver apto a isso.

Dessa forma, tem-se que a finalidade do sistema de execução penal pátrio é nobre, entretanto, não tem se consolidado na prática cotidiana das prisões. O aumento da criminalidade tem assustado a população e os pesquisadores dessa área, inúmeros são os fatores que ocasionam a inserção dos indivíduos no crime e, enquanto esses não são combatidos presencia-se o crescimento do número de criminosos no país e no mundo.

O sistema penitenciário não está e jamais esteve preparado para receber tamanha população, motivo pelo qual sua finalidade não vem sendo cumprida no cenário atual. Presídios superlotados, presos de alta periculosidade juntos com presos primários, ociosidade, violência e prática de crimes dentro dos presídios são

penas alguns dos motivos pelos quais se fala em falência do sistema penitenciário.

Diante disso, urge que sejam desenvolvidas medidas compatíveis com o problema e que visem a solucioná-lo, ou, pelo menos, amenizar a difícil situação que ora se apresenta.

Diante de tal problemática, surgiu o interesse em desenvolver o presente estudo, cujo principal objetivo consiste em apresentar possíveis soluções para o sistema penitenciário brasileiro, evidenciando a constituição desse, os problemas pelos quais está cercado e as alternativas que poderiam ser implementadas a fim de melhorá-lo.

A justificativa para a realização do estudo ora apresentado reside no fato de tratar-se de tema atual e que requer pesquisas e busca de soluções como meio de conferir maior aplicabilidade e validade à execução penal de modo a fazer com que essa cumpra suas finalidades primordiais.

Diante do exposto, o estudo apresentado por meio desse trabalho monográfico desenvolveu-se mediante pesquisa bibliográfica e documental que forneceram as informações necessárias à constituição do presente projeto monográfico, como se passa a apresentar.

## 1 ORIGEM DAS PRISÕES

De acordo com Sznick<sup>1</sup> a pena, na antigüidade, tinha relação estreita com a religião, uma vez que o juiz e o sacerdote eram figuras bastante próximas e que, até mesmo, vinham a ser confundidas entre os povos mais antigos.

As penas, inicialmente, eram de cunho estritamente religioso e eram impostas na forma de pagamento de uma dívida para com os deuses, ou seja, tinham finalidade reparatória ou retributiva e se manifestavam em duas espécies, a saber: perda da paz (banimento) ou vingança de sangue (pena de morte).<sup>2</sup>

A esse respeito veja-se o que diz Silva:

A prisão, como método penal, é relativamente recente. Antes, ela era terrivelmente cruel e impiedosa; eram os ergástulos, as enxovias, as masmorras, vestibulos dos pelourinhos, depósitos das câmaras de suplícios, bastidores do cenário final onde os acusados morriam atezados, fustigados, esquartejados, no meio de um espetáculo.<sup>3</sup>

Como as civilizações foram evoluindo, tal transformação se estendeu ao sistema penal e, assim, o caráter religioso da pena foi sendo pouco a pouco substituído por novos conteúdos de ordem social e a aplicação de penas passou a ser responsabilidade do poder público. Com esta mudança deu-se o aumento da pena de morte que era executada em praça pública com o escopo de castigar e

---

<sup>1</sup> SZNICK, Valdir. **Penas alternativas**. São Paulo: Universitária de Direito, 1999, p. 21.

<sup>2</sup> ROBALDO, José Carlos de Oliveira. **Penas alternativas**. Revista Consulex – Ano IV – nº 39 – Março/2000, p. 49.

<sup>3</sup> SILVA, Evandro Lins e. **História das penas**. Revista Consulex – Ano V – nº 104 – 15 de maio/2001.

intimidar. Posteriormente, a pena capital cedeu lugar aos trabalhos forçados que eram penosos e, ainda, perpétuos. Com o advento do Iluminismo, especialmente na figura de Beccaria, as penas passaram a ter conotação mais utilitária e tornaram-se mais humanas e, nesse momento, a pena privativa de liberdade passa a substituir definitivamente a pena de morte.<sup>4</sup>

Embora tenha havido evolução na imposição de penas e seu cumprimento nota-se que, a pena de prisão passou a ser empregada com maior prevalência que as demais o que ocasionou inúmeros problemas, como bem observa Sznick<sup>5</sup> da seguinte maneira:

A pena privativa de liberdade foi um mecanismo, com seu caráter de vingança, ou de oportunidade de reflexão do condenado sobre o mal causado, ora punitivo-repressivo, ora segregatório, ou com vistas a sua ressocialização. Hoje a doutrina chegou à conclusão de que a prisão já cumpriu o seu ciclo histórico-evolutivo. Dadas essas conseqüências tão maléficas, a tentativa de salvar a pena privativa de liberdade apresenta-se com certo grau de contradição e irracionalidade, mantendo-se homens presos, mesmo em caráter temporário e precário. Levando-se em conta apenas parte dos fatos que condenam a pena de prisão, tem-se, de modo sintético, os males causados: a superpopulação carcerária, a ociosidade do preso, a promiscuidade das prisões, a falta de um projeto de vida do condenado, a metodologia aplicada na execução da pena, a distância da família, a ausência de qualquer tipo de assistência, a absoluta falta de um trabalho produtivo, o custo financeiro do preso.

Assim, por meio do pensamento acima exposto torna-se possível observar que inúmeros são os problemas ligados à pena privativa de liberdade e que fazem com que o sistema penitenciário não seja capaz de alcançar as finalidades da pena, ora, inúmeros são os trabalhos e estudos discutindo tal questão sem que tenha havido melhora em tal sistema.

Muakad<sup>6</sup> apresenta os aspectos históricos da prisão como pena evidenciando que esse caráter de prisão como punição por ilícito cometido surgiu na Idade Média

---

<sup>4</sup> ROBALDO, José Carlos de Oliveira, op. cit., p. 49.

<sup>5</sup> SZNICK, Valdir. Op. cit. p. 19.

<sup>6</sup> MUAHAD, Irene Batista. **Prisão albergue**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 15.

por influência do direito canônico, sendo largamente aplicado a partir do século V. Inicialmente, esse tipo de pena, qual seja, a prisão, foi aplicado apenas no âmbito da igreja tendo, posteriormente, se difundido para outras áreas, entretanto, era aplicado somente a um grupo restrito de criminosos e, com o passar do tempo, foi adquirindo novos contornos e passou a ser empregado como meio de punição em lugar de trabalhos forçados, castigos corporais e degredo em resposta aos movimentos pela humanização das penas.

O grande defensor do movimento pela humanização da pena foi Cesare Beccaria, suas idéias configuram um divisor de águas quando se fala em imposição de penas e constituíram verdadeira revolução nessa seara. Veja-se, abaixo, a eloquência com que o autor defende as penas mais humanas e justas:

Quando as leis forem fixas e literais, quando apenas confiarem ao magistrado a missão de examinar os atos dos cidadãos, para indicar se esses atos são conforme a lei escrita, ou se a contrariam; quando, finalmente, a regra do justo e do injusto, que deve orientar em todos os seus atos o homem sem instrução e o instruído, não constituir motivo de controvérsia, porém simples questão de fato, então não se verão mais os cidadãos submetidos ao poder de uma multidão de ínfimos tiranos, tanto mais intoleráveis como menor é a distância entre opressor e oprimido; que se fazem tanto mais cruéis quanto maior resistência encontram, pois a crueldade dos tiranos é proporcional, não às suas forças, porém aos entraves que lhe são opostos; e são tanto mais nefastos quanto não há quem possa libertar-se de seu jugo senão submetendo-se ao despotismo de um só.<sup>7</sup>

A respeito de Beccaria, Leonardo Sciasca *apud* Silva afirma que:

Desde que apareceu, a obra de Beccaria passou a ser o farol, o ponto de luz a indicar o caminho a ser seguido pelos estudiosos do Direito Penal. As suas premonições faziam antever que um dia, afinal, o homem seria remido e resgatado de toda punição infamante, cruel ou atentatória à sua dignidade. Antes dele ninguém ousara insurgir-se publicamente contra a ignomínia das torturas ou contra a pena de morte.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 23.

<sup>8</sup> SILVA, Evandro Lins e, op. cit., p. 15.

De acordo com Muakad<sup>9</sup> as primeiras prisões foram as celas dos mosteiros nas quais se acreditava no silêncio como maneira de reconhecer o erro e redimir-se dele, posteriormente surgiram as Casas de Força em que os internados deveriam obrigatoriamente trabalhar. Nos séculos XVII e XVIII surgiram inúmeros outros estabelecimentos com diversos nomes e que, entretanto, não integravam nenhum sistema penitenciário e, ainda, submetiam os internos à degradação por meio de castigos corporais e trabalhos penosos “com poucas exceções, a prisão era naquela época um suplício e atentado contra a pessoa humana”<sup>10</sup>.

Quirino define a prisão da seguinte maneira:

A prisão, tal como a conhecemos, nada mais é do que a restrição da liberdade individual como forma de punição estatal, consequência da prática de um delito. A prisão, por ser medida extrema contra o estado de liberdade do indivíduo, direito universalmente garantido, somente se admite quando determinada por ordem legal e emanada de autoridade competente e respeitado o devido processo legal. Num autêntico estado de direito no qual as liberdades individuais devem ser respeitadas, a prisão de qualquer indivíduo antes que seja proferido julgamento definitivo (trânsito em julgado) somente se justifica por razões de necessidade de manter-se a ordem e segurança da sociedade em detrimento da liberdade individual, e deve ter por finalidade a efetividade do processo penal.<sup>11</sup>

Diante da perspectiva exposta acerca da pena de prisão, convém analisar as teorias sobre a pena.

---

<sup>9</sup> MUKAD, Irene Batista. op. cit. p. 16.

<sup>10</sup> MUKAD, Irene Batista. op. cit. p. 16.

<sup>11</sup> QUIRINO, Arnaldo. **Prisão ilegal e responsabilidade civil do Estado**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 21.

## 1.1 TEORIAS DA PENA

Sabe-se que o objeto de estudo do direito penal são as penas de maneira geral, o que envolve seus fundamentos, justificativa, finalidades e sua extensão para os campos social, político, jurídico, filosófico. É nesse sentido que Dias<sup>12</sup> assinala que:

[...] a razão de um tal interesse e de sua persistência ao longo do tempo está em que, à sombra dos problemas dos fins das penas, é no fundo toda a teoria do direito penal que se discute e com particular incidência, as questões fulcrais de legitimação, fundamentação, justificação e função da intervenção penal estatal.

Junqueira<sup>13</sup> observa que diversos são os posicionamentos ao longo da história sempre que se tentou justificar e orientar o Direito Penal de acordo com as circunstâncias políticas e culturais de cada época e da sociedade que nela tinha lugar. Há que se observar que não são raras as obras e discussões acerca dos fins da pena, essa diversidade deve-se ao fato de que:

[...] a pena – como unidade complexa de consequência jurídica e fato social – pode ser abordada sob os mais diversos prismas. Como já dito, o trabalho tem enfoque dogmático crítico, ou seja, parte da análise do mundo normativo, mas quer resolver problemas pragmáticos e medir a adequação da ordem jurídica e suas operações à solução de problemas sociais.<sup>14</sup>

Diante desse quadro surgem as diversas teorias destinadas a contemplar o fenômeno pena, as quais serão comentadas a seguir.

### 1.1.1 Teorias Absolutas

---

<sup>12</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo. **Questões fundamentais de direito penal revisitadas**. São Paulo: RT, 1999, p. 89.

<sup>13</sup> JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Finalidades da pena**. São Paulo: Manole, 2004, p. 26.

<sup>14</sup> JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz, op. cit. p. 26.



As teorias absolutas partem do princípio de que a imposição de pena deve ser condizente com o delito cometido, mas tendente a reequilibrar a situação por ele constituída, assim, só teriam validade as penas cujo cumprimento restabelecesse, de certa forma, o *status quo ante*.

De acordo com Junqueira<sup>15</sup>, dentro dessa teoria cabem três situações diferentes, a saber: justificação moral, que seria o uso da pena como meio de vingança para reparar o mal cometido; expiação, que consiste no castigo do infrator para que esse, por meio da cura espiritual não volte a errar; reparação do ordenamento, em que a pena decorre de imperativo legal.

Roxin<sup>16</sup> observa que de acordo com os preceitos dessa teoria a idéia de punir ocorre porque houve a prática de um crime, pela necessidade de que a culpabilidade do autor seja punida mediante a imposição de um mal penal e não com a intenção de evitar a reincidência por meio de uma atuação preventiva da pena.

### 1.1.2 Teorias Relativas

As teorias relativas da pena, em clara oposição às teorias absolutas, não acreditam na imposição de pena como mero castigo ou meio de cura espiritual do infrator, pelo contrário, buscam na pena uma finalidade real e eficaz, qual seja, a possibilidade de prevenção por meio da imposição de determinada pena.

Do magistério de Junqueira<sup>17</sup> tem-se que a idéia de finalidade preventiva da pena é bastante antiga e remonta aos tempos de Platão, decorrendo da necessidade de que a imposição de determinado castigo tenha uma finalidade real e válida para a sociedade que sofreu com a prática do delito.

---

<sup>15</sup> JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz, op. cit. p. 29.

<sup>16</sup> ROXIN, Claus. Problemas fundamentais de direito penal. 3 ed. Lisboa: Vega, 1998.

<sup>17</sup> JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz, op. cit. p. 56.

### 1.1.3 Teorias Mistas

As teorias mistas, unificadoras ou ecléticas partem do princípio de que tanto as teorias absolutas quanto as relativas constam de aspectos positivos e negativos, do que surge o entendimento de que unindo os pontos adequados de cada uma delas ter-se-ia uma teoria plenamente adaptada e apta a demonstrar adequadamente as finalidades da pena.

Junqueira<sup>18</sup> alerta para o fato de que dentre as teorias mistas existem as aditivas, que partem do pressuposto de soma das finalidades da pena das teorias absolutas e relativas e as dialéticas que acreditam na troca entre as duas teorias anteriormente expostas culminando com o estabelecimento de uma hierarquia de valores entre os princípios de cada uma delas.

---

<sup>18</sup> JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz, op. cit. p. 100.

## 2 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

De acordo com Pedroso<sup>19</sup>, os primórdios da prisão no Brasil estão registrados no Livro V das Ordenações Filipinas do Reino – um código de leis portuguesas implantado no Brasil no período colonial. Pelo ordenamento vigente à época a colônia se constituía presídio de degredados no qual as penas se destinavam a alcoviteiros quando culpados por: ferimentos causados por armas de fogo, duelo, entrada violenta em casa alheia ou tentativa dessa, resistência a ordens judiciais, falsificação de documentos, contrabando de pedras e metais preciosos; eis o quadro dos crimes punidos com o degredo que era cumprido em território brasileiro.

O primeiro estabelecimento prisional brasileiro foi instituído em 1769 pela Carta Régia, como salienta Lima Filho<sup>20</sup>:

A Carta Régia de 1769 mandou estabelecer a primeira prisão brasileira, a Casa de Correção do Rio de Janeiro, e somente a partir da Constituição de 1824 existiu uma previsão mais abrangente sobre o tema, com a estipulação de prisões adaptadas ao trabalho e separação dos réus. O Código Criminal de 1830 regularizou a pena de trabalho e a prisão simples, e o Ato Adicional de 12-08-1834 deu às Assembléias Legislativas provinciais o direito de legislar sobre a criação e funções dos presídios. Independentemente das teorias aprovadas pelos legisladores de então, a realidade subumana das prisões brasileiras já se manifestava no início do século XIX. Exemplo maior é encontrado na tristemente famosa “Cadeia da

---

<sup>19</sup> PEDROSO, Regina Célia. **Utopias penitenciárias**: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em 13-02-2007 às 23h31min, p. 01.

<sup>20</sup> LIMA FILHO, Osmar Aarão Gonçalves de. **Soluções legais para a recuperação do presidiário no Brasil**: a proposta e a realidade. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em 14-02-2007 às 00h32min, p. 02.

Relação”, no Rio de Janeiro, que comportava presos em número muito maior que sua capacidade instalada, sem qualquer separação por categoria de apenados, todos participando de um destino comum: a subnutrição e as doenças.

A despeito das condições enfrentadas nas prisões, Pedroso<sup>21</sup> elenca as razões para a instituição de um sistema prisional no Brasil:

Segundo os rumos da jurisprudência em todo o mundo, a implantação de um sistema prisional se fazia necessária no Brasil. A assimilação da nova modalidade penal se fez pela Constituição de 1824 que estipulou as prisões adaptadas ao trabalho e separação dos réus, pelo Código Criminal de 1830 que regularizou a pena de trabalho e a prisão simples, e pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, de importância fundamental, que deu às Assembléias Legislativas provinciais o direito sobre a construção de casas de prisão, trabalho, correção e seus respectivos regimes. A opinião pública também tomou parte nos debates sobre a implantação do regime penitenciário em nosso país. Uma acalorada discussão se fez em torno das formas como esse regime deveria ser adotado. Missões especiais foram enviadas a países como Estados Unidos, Inglaterra e França, com o objetivo de verificar as verdadeiras circunstâncias de aprisionamento e gerenciamento das chamadas prisões-modelo.

Estabelecidas as prisões sentiu-se a necessidade, à época da promulgação da Constituição Federal de 1824, de prever condições mínimas para a manutenção de condenados nas penitenciárias, assim, a mencionada Carta evidenciou a necessidade de que os estabelecimentos prisionais constassem de segurança, limpeza, entrada de ar, separação dos réus de acordo com os crimes cometidos e similares, entretanto: “[...] as casas de recolhimento de presos do século XIX mostravam condições deprimentes para o cumprimento da pena por parte do detento”<sup>22</sup>.

Lima Filho<sup>23</sup> evidencia que outras legislações sucederam a Constituição de 1824 e também atentaram para a questão prisional, a exemplo do Código Penal de 1890 e do Código Penitenciário da República de 1935; o primeiro, em suas normas,

---

<sup>21</sup> PEDROSO, Regina Célia. op. cit. p. 01.

<sup>22</sup> PEDROSO, Regina Célia. op. cit. p. 01.

<sup>23</sup> LIMA FILHO. op. cit. p. 02.

contemplava, dentre outros: divisão por modalidades de penas, regime progressivo para a execução penal, separação de presos de acordo com os crimes cometidos pelos mesmos. O Código Penitenciário, em consonância com o disposto pelo Código Penal propunha que as medidas previstas pelo Código Penal se destinassem a uma possível regeneração do apenado.

Veja-se, pelo exposto, quão antiga é a idéia de ressocialização hoje tão difundida em senda de execução penal; convém observar que esse objetivo já vinha sendo preconizado pela legislação desde a instituição dos primeiros estabelecimentos prisionais, entretanto, é forçoso observar que:

De qualquer modo, e em que pesem os avanços da política prisional desde os idos do Brasil Colônia e do Império, a idéia básica permaneceu a mesma na primeira metade do século XX, qual seja a de que a cadeia deveria causar temor, amedrontando a sociedade frente ao poder do Estado policial, para que as pessoas evitassem a prática de crimes por receio das penalidades conseqüentes. Talvez por isso, desde que se ouviu falar pela primeira vez na palavra “cadeia” no Brasil, nunca houve registro consistente da existência de uma prisão onde o respeito à condição humana fosse integralmente praticado, seja pela superlotação, seja pela simples omissão do Estado<sup>24</sup>.

Note-se que o “espírito das leis” preconizado por Montesquieu<sup>25</sup> não foi contemplado desde o início das prisões no Brasil quando se busca a legislação que normatizou o sistema prisional nesse período, quadro que persiste até os dias atuais, como se evidenciará em momento oportuno.

## 2.2 PANORAMA ATUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

De acordo com Damásio de Jesus<sup>26</sup>, sucedeu as Ordenações Afonsinas e Manuelinas o Código Penal de 1890 que, apesar de ter sido desenvolvido

---

<sup>24</sup> LIMA FILHO. op. cit. p. 02.

<sup>25</sup> MONTESQUIEU. Do espírito das leis. São Paulo: Martin Claret, 2003.

<sup>26</sup> JESUS, Damásio E. de. Penas alternativas. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 01.

apressadamente, já entrou em vigor com falhas e ligeiramente desatualizado, uma vez que mantinha o caráter repressivo e retributivo da resposta penal.

Ao código de 1890 seguiu-se o de 1940, baseado fundamentalmente em duas figuras chaves, a saber: pena e medida de segurança, as quais se baseavam nos pressupostos de culpabilidade e periculosidade, respectivamente. A esse respeito, Damásio de Jesus<sup>27</sup> ensina que a imposição de pena se dava em resposta ao livre arbítrio, enquanto a medida de segurança relacionava-se com o determinismo, esse sistema ficou conhecido como duplo-binário aplicado aos semi-responsáveis numa tentativa de punir com a pena o desejo do delinqüente na prática do fato delituoso e com a medida de segurança limitar o caráter determinista de tal vontade.

Consoante explica Zaffaroni<sup>28</sup>, em 1969 veio a lume um novo código penal que passou a vigorar em 1970 e foi revogado em 1978; em 1977 mudou-se a parte geral e, finalmente, em 1984 houve ainda uma reforma penal que constava da renovação da parte geral do código penal e publicação da Lei 7.210 – Lei de Execução Penal e, eis que a partir de 1990, começou-se a modificar o Código Penal por pontos.

Como visto, várias foram as tentativas de aperfeiçoar o sistema penal, tornando-o adequado aos fins a que se propõe e tendo cumprimento efetivo, entretanto, como bem observam Palma, Rogério e Neves<sup>29</sup>:

Lamentavelmente o modelo penitenciário em nosso país deixa muito a desejar em toda sua estrutura; na prática, a tarefa de reintegrar o indivíduo à sociedade torna-se quase inviável em termos operacionais. É evidente o processo de deterioração pelo qual passou o indivíduo ao tentar a reinserção no contexto social após a permanência em cadeias públicas e unidades penais. Reabilitar-se profissionalmente num país em que a crise do desemprego atinge milhões é, no mais das vezes, impraticável. A necessidade de reformas é, pois, premente já que a perenização de um modelo retrógrado e ineficiente, incapaz de cumprir seu papel, só poderá contribuir para a intensificação da “maldade humana”.

---

<sup>27</sup> JESUS, Damásio E. de. op. cit., p. 02.

<sup>28</sup> ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Política criminal latinoamericana**. Buenos Aires: Hammurabi, 1982, p. 126.

<sup>29</sup> PÁLMA, Arnaldo de Castro; ROGÉRIO, Ivonete e NEVES, Lair Celeste. **A questão penitenciária e a letra morta da lei**. Curitiba: JM, 1997, p. 25.

Pelo exposto, observa-se que as inúmeras alterações e adaptações realizadas no código penal e, por conseguinte, em todo o sistema penal, ainda não foram suficientes para adaptá-lo às reais necessidades, motivo pelo qual o entendimento exposto acima evidencia a necessidade de mais reformas, e que essas não contemplem apenas seu objeto descontextualizado, mas que considerem a realidade social e econômica do país no qual esse sistema será implantado, considerando, especialmente, fatores como miséria e desemprego.

Vale, ainda, considerar que:

O direito penal, no Brasil, sempre apresentou uma feição clássica: tutelar, fragmentária e de intervenção mínima. De acordo com os conceitos tradicionais, a norma penal incriminadora visa a proteger os bens jurídicos fundamentais da sociedade. Não, porém, de forma absoluta. Tem a seu cuidado somente os bens considerados mais relevantes. Assim, nem todos são penalmente resguardados. E, em relação aos interesses mais importantes, não os ampara de todas as condutas ofensivas, incriminando exclusivamente as de maior gravidade. Esse caráter fragmentário do direito penal o conduz à intervenção mínima e subsidiária, cedendo às outras disciplinas legais a tutela imediata dos valores primordiais da convivência humana e atuando somente em último caso. Com efeito, só deve agir quando os demais ramos do direito, os controles formais e sociais tenham perdido a eficácia e não sejam capazes de exercer essa tutela.<sup>30</sup>

Note-se que essa é a orientação clássica, que imperou por décadas no Sistema Penal Pátrio, entretanto, com os novos quadros de violência, essas feições iniciais foram se alterando paulatinamente, mesmo porque o dito controle formal e social é quase inexistente na atualidade. No dizer de Damásio de Jesus:

Nos últimos anos, entretanto, passou a surgir, em intervalos e aparições constantes, um novo direito penal brasileiro, já atuante em outros países: simbólico, promocional, excessivamente intervencionista e preventivo, com fundamento na infusão do medo na população e na sugestão da suposta garantia de tranquilidade social. [...] A difusão incontrolada de fatos aterradoros, como latrocínios, estupros, homicídios, chacinas etc., a par de notícias sobre corrupções e falcatruas, produz na população uma sensação

---

<sup>30</sup> BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 84.

de total insegurança.<sup>31</sup>

E, assim, desenha-se uma nova face para o Direito Penal Brasileiro, fundamentada na prevenção, como o atestam as inúmeras normas incriminadoras em diferentes âmbitos do direito e da atividade humana, ou seja, a idéia atual não é de intervenção mínima, mas de intervenção antecipada em face da possibilidade de cometimento de crimes de diferentes ordens.

Essa nova fisionomia da legislação penal brasileira produz efeitos negativos. A natureza simbólica e promocional das normas penais incriminadoras, num primeiro plano, causa a funcionalização do direito penal, transformando-o na mão avançada de correntes extremistas de política criminal. É o que está acontecendo no Brasil, onde movimento de opinião partidária do princípio da "lei e ordem" pressionam os congressistas à elaboração de leis penais cada vez mais severas e iníquas. [...] Sob outro aspecto, esse movimento faz com que o direito penal e o direito processual penal percam a forma. Quanto ao estatuto penal, os tipos incriminadores passam a ser descritos com a inclusão de normas elásticas e genéricas, enfraquecendo os princípios da legalidade e da tipicidade.<sup>32</sup>

Nesse sentido, as próprias regras contidas na parte geral do código penal e que deveriam, em regra, nortear a definição de determinadas condutas como sendo ou não crimes acabam se tornando cada vez mais difíceis de aplicar, pois que as normas recém criadas, cada vez mais genéricas, não se adequam aos conceitos da parte geral do código em vigor.

A questão criminal, sob esse aspecto, não tem sido vista a partir de um âmbito global, mas de uma forma minimalista. Não estão sendo buscadas as razões ou motivos pelos quais são cometidos os crimes, pensa-se apenas na conduta em si, o que leva ao quadro crítico que ora se desenha.

Nesse discurso, onde predomina a "razão prática", a violência não é um

---

<sup>31</sup> JESUS, Damásio E. de. op. cit., p. 04.

<sup>32</sup> JESUS, Damásio E. de. op.cit , p. 05.



mecanismo social e uma expressão da sociedade, mas uma resposta a um sistema. Quer dizer, nessa lógica, a violência está tão reificada quanto o poder, o sistema, o capitalismo etc., como um elemento que é visto de modo isolado, individualizado, da sociedade na qual ela faz sua aparição. Como se a violência e o violento fossem acidentes ou anomalias que um determinado tipo de sistema provoca e não uma possibilidade real e concreta de manifestação da sociedade brasileira.<sup>33</sup>

No mesmo sentido:

[...] não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao controle, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social.<sup>34</sup>

Assim, há que se considerar, para fins de análise do sistema pena brasileiro e seus desdobramentos as raízes das condutas delituosas e não essas condutas por si mesmas como fatos isolados e desvinculados dos fatos sociais.

Vale ressaltar que a criminalização cada vez maior de diferentes condutas tem extensão ampla na realidade penal brasileira, haja vista que quanto maior o número de crimes, proporcionalmente maior será o número de presos, ao que se evoca o problema da questão penitenciária no Brasil, agravado não apenas pelo número de presos, como também pela morosidade no trâmite processual da execução penal que culmina com pessoas presas indevidamente ou pessoas que já deveriam ter sido postas em liberdade e continuam detidas.

Na rotina que observamos não existe de fato um trabalho sistemático e integrado com o objetivo de dissuadir o indivíduo da conduta criminal. Uma prioridade é a eliminação do ócio, sempre nocivo. No presídio é devastador. Cada unidade penal deveria dispor de uma estrutura capaz de proporcionar, através do trabalho, os instrumentos necessários para a restauração social do detento, até onde ela fosse possível. Outros canais, no conjunto,

---

<sup>33</sup> MATTA, Roberto da. **As raízes da violência no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 24.

<sup>34</sup> MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Vértice, 1987, p. 32.

deveriam propiciar a luta contra uma vida indigna. Muitas mudanças seriam da maior importância como, por exemplo, a separação dos presos primários dos reincidentes e a classificação segundo determinados tipos de delitos e a adequação do trabalho oferecido às habilidades e interesses do apenado. Temos aqui o eterno problema da humanização sem prejudicar a ordem e a disciplina, pois violência gera violência. O quadro de funcionários deveria resultar de uma seleção rigorosa e isenta, sendo criteriosamente preparado para o desempenho de suas tarefas e trabalhando dentro de uma equipe coesa, cuja única finalidade seria a de atender aos objetivos do tratamento penal.<sup>35</sup>

O exposto pelos autores acima demonstra as dificuldades que enfrenta o sistema penitenciário e a maneira ideal segundo a qual os mesmos deveriam ser desenvolvidos e geridos, entretanto, a atual situação torna-se compreensível quando considerados os números relacionados ao sistema penitenciário brasileiro.

De acordo com Diniz<sup>36</sup> o Brasil conta com 511 (quinhentas e onze) unidades de confinamento, as quais somam 60.000 (sessenta mil) vagas para presos, entretanto, o número de presos que estão nesses estabelecimentos é de aproximadamente 130.000 (cento e trinta mil), o que, equacionado, representa um déficit de 70.000 (setenta mil) leitos; tal situação afigura-se ainda mais grave quando se observa que existem cerca de 275.000 (duzentos e setenta e cinco mil) mandados de prisão a serem cumpridos. O autor afirma ainda que a estimativa de custo ao mês de cada preso aproxima-se de 4 (quatro) a 5 (cinco) salários mínimos, ou seja, o gasto dos governos federal e estadual aproxima-se de sessenta milhões em um só mês.

A despeito dos números apresentados, Pedroso<sup>37</sup> observa que houve uma certa modernização no sistema penitenciário, tendo em vista a criação de asilos de contraventores, asilos de menores e manicômios criminais. A autora afirma ainda que:

Percebemos, neta forma de distribuição, uma tentativa de racionalização do

---

<sup>35</sup> PÁLMA, Arnaldo de Castro; ROGÉRIO, Ivonete e NEVES, Lair Celeste. op. cit., p. 26-27.

<sup>36</sup> DINIZ, Eduardo Albuquerque Rodrigues. **Realidade do sistema penitenciário brasileiro**. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br/artigos>. Acesso em 13-02-2007 às 22h32min.

<sup>37</sup> PEDROSO, Regina Célia, op. cit., p. 02.

espaço, adequando-o à tipologia do crime tendo por critério o grau de infração e periculosidade do réu. Com relação às legislações anteriores, houve uma modificação positiva, significativa sobre o fato de se pensar um espaço apropriado para mulheres e menores. A separação do réu, levando-se em conta o sexo e a idade também deve ser observada pelo seu lado técnico. Ao isolar em lugar específico categorias específicas de presos, forma-se um saber mais aprimorado sobre os indivíduos e o controle sobre seus corpos torna-se mais direto e elaborado.<sup>38</sup>

Entretanto, como observa Pedroso<sup>39</sup> em seguida, a divisão dos detidos em categorias não logrou êxito em virtude das limitações do sistema que se impunham diuturnamente.

---

<sup>38</sup> PEDROSO, Regina Célia. op. cit. p. 06.

<sup>39</sup> PEDROSO, Regina Célia. op. cit., p. 05.

### 3 POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA A MELHORIA DO INSTITUTO “PRISÃO”

A busca de alternativas no que se refere ao tema prisão, diz respeito expressamente às dificuldades que circundam tal sistema, o que tem implicado em erros e instabilidade social, pois, o sistema penal fica todo comprometido quando se trata do cumprimento das penas, mormente no regime fechado.

De acordo com Chaves *apud* Castiglione<sup>40</sup> “[...] a situação penitenciária não pode continuar como está. É necessário que o mal das prisões seja amenizado e que o detento seja tratado com a dignidade devida à espécie humana”.

Consoante entende o autor acima mencionado, o atual sistema penitenciário mostra-se incapaz de ressocializar e tornar o indivíduo apto a retornar ao convívio social. O sistema penitenciário tem mais segregado que reintegrado, haja vista a dificuldade que tem os ex-detentos para conseguir emprego.

Nesse sentido:

[...] os estabelecimentos da atualidade não passam de monumentos de estupidez. Para reajustar homens à vida social invertem os processos lógicos de socialização; impõem silêncio ao único animal que fala; obrigam a regras que eliminam qualquer esforço de reconstrução moral para a vida

---

<sup>40</sup> CASTIGLIONE, Teodolindo. **Estabelecimentos penais abertos**. São Paulo: Saraiva, 1959, p. 48.

livre do amanhã, induzem a um passivismo hipócrita pelo medo do castigo disciplinar, ao invés de remodelar caracteres ao influxo de nobres e elevados motivos; aviltam e desfibram, ao invés de incutirem o espírito de hombridade, o sentimento de amor-próprio; pretendem, paradoxalmente, preparar para a liberdade mediante um sistema de cativeiro.<sup>41</sup>

Nas palavras do autor acima citado o sistema penitenciário tem andado na contramão de suas reais funções, pois, em vez de educar e reintegrar tem deseducado e inserido mais e mais os indivíduos que passam por uma prisão no crime, já que para eles não tem aparecido nenhuma outra alternativa.

Assim também entendem Palma, Rogério e Neves<sup>42</sup> quando afirmam que o modelo penitenciário nacional deixa a desejar em toda sua estrutura, pois, em termos operacionais, tem se mostrado inviável a reintegração do indivíduo, pois dentro de uma cadeia ocorre a deterioração do ser humano que fica, em virtude disso, impossibilitado de tentar a reinserção no contexto social. Os autores consideram, ainda, os índices de desemprego, entendendo que se a colocação no mercado de trabalho está muito difícil para as pessoas de modo geral, para aqueles que tiveram uma experiência em uma prisão tal fato torna-se praticamente impossível.

Nesse sentido:

Prisão é de fato uma monstruosa opção. O cativeiro das cadeias perpetua-se ante a insensibilidade da maioria, como uma forma ancestral de castigo. Para recuperar, para ressocializar, como sonharam os nossos antepassados? Positivamente, jamais se viu alguém sair de um cárcere melhor do que quando entrou. E o estigma da prisão? Quem dá trabalho ao indivíduo que cumpriu pena por crime considerado grave? Os egressos do cárcere estão sujeitos a uma outra terrível condenação: o desemprego. Pior que tudo, são atirados a uma obrigatória marginalização. Legalmente, dentro dos padrões convencionais não podem viver ou sobreviver. A sociedade que os enclausurou, sob o pretexto hipócrita de reinseri-los depois em seu seio, repudia-os, repele-os, rejeita-os. Deixa aí, sim, de haver alternativa, o ex-condenado só tem uma solução: incorporar-se ao crime organizado. Não é demais martelar: a cadeia fabrica delinquentes, cuja quantidade cresce na medida e na proporção em que for maior o

---

<sup>41</sup> HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. 3 ed. Forense: Rio de Janeiro, 1955, p. 190.

<sup>42</sup> PALMA, Arnaldo de Castro; ROGÉRIO, Ivonete e NEVES, Lair Celeste Dias. op. cit., p. 25.

número de condenados.<sup>43</sup>

Esse quadro demonstra claramente a necessidade de reformas urgentes, isso porque a prisão:

Mantém o homem afastado da coletividade, mas não cria nele condições para uma vida em sociedade; e sua futura liberdade representa para ele, em vez de segurança, uma incógnita. Assim, o homem é preparado para continuar no presídio, não na vida livre. A reforma das prisões não é um conceito nem uma aspiração. Trata-se de uma necessidade inadiável. A prisão não deve servir para segregar apenas. Se levarmos somente isto em consideração e não procurarmos criar no íntimo desses homens aptidões sociais, ou seja, modelá-los com uma meta que consista em torná-los aptos à vida social, acabaremos por produzir nos mesmos a perda do hábito de viver em comum na sociedade livre.<sup>44</sup>

Dessa perspectiva, a busca por novas formas de gestão e condução do sistema penitenciário brasileiro mostra-se urgente e necessária, ao passo que, assim, ter-se-á na imposição de penas uma finalidade social e não meramente punitiva como vem ocorrendo ao longo da história e hodiernamente no país.

Para Pimentel “A pena deve ser vista como meio de reeducação do delinqüente, cuja personalidade foi mal formada em decorrência de múltiplos fatores, entre eles, o complexo educacional”.<sup>45</sup>

Marc Ancel *apud* Mendes<sup>46</sup> ensina que a pena, portanto, deverá ser tida como instrumento de reeducação do delinqüente com enfoque nos aspectos humanos e de justiça social, fazendo valer o direito do preso a ressocializar-se, pois, ainda que determinado indivíduo tenha praticado conduta incompatível com a vida em sociedade e seus parâmetros específicos isso não faz com que o mesmo perca sua dignidade humana ou faz com que esse deva permanecer indefinidamente afastado da coletividade sem a oportunidade de se regenerar e prosseguir vivendo normalmente.

Mostra-se até mesmo incoerente pretender que um indivíduo que se manteve

---

<sup>43</sup> SILVA, Evandro Lins e, op. cit., p. 22.

<sup>44</sup> MUAHAD, Irene Batista, op. cit., p. 21.

<sup>45</sup> PIMENTEL, Manoel Pedro. Ensaio sobre a pena. São Paulo: Justitia, 1972, p. 107.

<sup>46</sup> MENDES, Nelson Pizzotti. A nova defesa social. São Paulo: Justitia, 1974, p. 25.

afastado da sociedade saia da instituição prisional totalmente apto a retornar à vivência social; nas penas de longa duração o indivíduo tenta se adaptar àquele ambiente, pois sabe que demorará a retornar à sociedade, o que é chamado de dissocialização; por outro lado, nas penas de curta duração, nem sequer há tempo para que se conheça o condenado e, assim, possa-se integra-lo a um projeto de ressocialização. Além desses inconvenientes deve-se salientar que as prisões representam um custo altíssimo aos cofres públicos e, entretanto, não têm oferecido nenhum retorno social.<sup>47</sup>

Assim:

A prisão historicamente faliu, sua história é exatamente a sua crescente abolição, pois a humanidade aprendeu a conviver com a pena privativa de liberdade e conheceu sua amarga realidade; todavia, há enorme esforço mundial em reduzir sua aplicação, substituindo-a por alternativas que possam representar a reposta penal para aquele que delinqüiu, sem contudo remetê-lo ao cárcere.<sup>48</sup>

Como salienta Muakad: “Por todos esses motivos, tem-se discutido a substituição da pena de prisão por medidas que, não causando danos ao delinqüente, atendam com maior propriedade à defesa social e à recuperação do homem infrator”.<sup>49</sup>

Eis porque, em seguida, trata-se especificamente das possíveis alternativas que poderiam ser aplicadas ou já vem sendo tentadas no sistema penitenciário brasileiro.

### 3.1 PENAS ALTERNATIVAS

Em virtude da precariedade do sistema penitenciário brasileiro não é recente a intenção de conferir novo caráter às penas, fazendo com que a restrição de liberdade fique reservada a alguns casos específicos em que tal medida se faça

---

<sup>47</sup> MUKAD, Irene Batista, op. cit., p. 25.

<sup>48</sup> D'URSO, Luiz Flavio Borges. **Privatização de presídios**. Revista Consulex – Ano III – nº 31 – Julho / 1999, p. 44.

<sup>49</sup> MUKAD, Irene Batista, op. cit., p. 25.

necessária e que, em outras situações, sejam aplicadas penas alternativas, as quais, de sua parte, estariam aptas a conferir maior eficácia ao sistema penitenciário, ao passo que o cumprimento dessas penas seria menos gravoso e mais abrangente, exterminando problemas como a superlotação dos presídios e eficácia das penas infligidas em dadas situações.

É certo que a privação de liberdade, para combater o crime, está arraigada na consciência social. Se assim é, procuremos torná-la o menos nociva possível, reduzindo-a ao máximo, aos reconhecidamente perigosos. Devem ser adotadas e ampliadas as modalidades alternativas de prisão, algumas já incorporadas às legislações. São formas de condenação sem o labéu da prisão, sem a marca da cadeia, sem o ferrete do cárcere, enfim, sem o estigma que dificulta ou mesmo impede a sua reinserção na comunidade. Outras alternativas serão encontradas no dia-a-dia da aplicação de uma política criminal inteligente e criativa, após a fase do estéril tecnicismo nazi-fascista, envereda novamente por seu caminho luminoso de proteção e garantia dos direitos humanos.<sup>50</sup>

Nesse sentido, tem-se de um lado o aumento da violência e da criminalidade e, de outro, a crise das prisões, o que levou à necessidade de que fossem criadas outras penas que também tornassem possível a recuperação e a reinserção do condenado. Some-se a isso a falência da pena privativa de liberdade, uma vez que os presos estão em celas superlotadas, ociosos, presos de alta periculosidade misturados com aqueles que praticaram crimes de menor potencial ofensivo, o que, em conjunto, mostra ser inviável a reinserção social dos apenados nessas condições, pois não há elementos que oportunizem ao preso ressocializar-se cumprida a pena.<sup>51</sup>

Aqui, é importante evidenciar que quando se trata de pena existem três modelos de justiça criminal, a saber: sistema retributivo, reabilitador e restaurador. O modelo retributivo tem a pena como castigo infligido àquele que praticou um fato criminoso, assim, não vigora nesse sistema o caráter utilitário da pena, uma vez que sua imposição apenas representa responder a um mal praticado com outro mal. No sistema reabilitador ou ressocializador a pena se volta para a prevenção especial,

---

<sup>50</sup> SILVA, Evandro Lins e, op. cit., p. 23.

<sup>51</sup> SZNICK, op. cit., p. 51.



destinando-se a reinserir o delinqüente na sociedade. A justiça reparadora é aquela que busca, por meio da pena, reparar o dano causado.<sup>52</sup>

Do exposto, torna-se possível verificar que foi o sistema misto o adotado majoritariamente no sistema penitenciário pátrio, como se depreende do texto do Código Penal em seu artigo 59, *in verbis*:

**Art. 59.** O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

No bojo do mencionado sistema de justiça criminal encontra-se o fulcro das penas alternativas. Fala-se em sistema misto de justiça criminal na execução penal brasileira porque algumas penas têm caráter retributivo-preventivo e outras a tendência restauradora, constituindo-se, portanto, num sistema eclético, o qual visa a adequar as penas aos fatos cometidos e às características do criminoso, entretanto, é sabido que nem sempre as penas alcançam os fins almejados e a Lei de Execuções Penais distancia-se cada vez mais da realidade.

Junqueira apresenta algumas críticas ao sistema adotado nacionalmente nos seguintes termos:

No Brasil [...] é adotada a idéia mista aditiva, ou seja, entende-se que a pena serve para retribuir o mal causado, realizando justiça, e ainda para prevenir novos crimes pela ameaça, bem como intimidar o criminoso a não reincidir e ainda ressocializá-lo. E o que guia a fixação da pena, em seus diversos momentos de atuação? A escolha aleatória por parte do operador de tais critérios, ou a mais conveniente para determinada situação, pressão ou circunstância. A carga de discricionariedade [...] é admitida como opção do legislador, como se fosse possível ao representante do povo (legislador) delegar ao julgador a escolha do vetor de compreensão da mais violenta atuação estatal. A própria idéia de legalidade penal não admite, com seu conteúdo histórico de garantia e de freio liberal ao Estado, tamanha indeterminação. O sistema deve ser traçado, conforme fixado nas premissas, sobre valores preponderantes e ser um todo harmônico, [...] não tolerando esse indeterminado critério, ou melhor, a atual ausência de critério.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> JESUS, Damásio E. de., op. cit., p. 25-28.

<sup>53</sup> JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz, op. cit., p. 116.

Assim, a adoção do sistema eclético que tinha por escopo, entende-se, adaptar a imposição da pena aos delitos cometidos culminou com instabilidade na aplicação das penas constituindo o quadro apresentado acima.

A despeito das considerações feitas, convém, ainda, acrescentar que, além da superlotação dos presídios existem centenas de milhares de mandados de prisão ainda por cumprir, o custo da construção de novas penitenciárias e manutenção de funcionários é bastante alto. Assim, mostram-se cada vez mais oportunas as penas alternativas.

Essas penas alternativas da prisão, concorrem, de um lado, para a diminuição da população carcerária, evitando assim a contaminação de presos com criminosos de alta gravidade e os autores, além de primários, de crimes de menor gravidade. [...] A reinserção do condenado na sociedade coincide com a liberalização dos métodos de repressão ao crime com maior respeito à pessoa do criminoso. Demonstrando que a prisão é um dos males atuais, incentivando inclusive o aumento da criminalidade e da violência, chamam a atenção para as penas alternativas, pois estas se revestem de grande importância, por não só não causarem estigmas, mas se revestirem de caráter mais humano, de respeito à dignidade humana, e, assim, facilitando, ao lado do baixo custo, a pronta e eficaz ressocialização do condenado.<sup>54</sup>

Diante dos elementos apresentados ficam demonstradas as circunstâncias necessárias à adoção das penas alternativas e, foi com base em tais elementos que, em 1984, a Lei nº 7.209 inseriu no sistema pátrio a proposta de imposição de penas alternativas.

Visou o legislador abolir as penas de privação de liberdade, especialmente as de curta duração, por não terem elas sido eficazes e producentes, não atingindo a finalidade da pena, mas, ao contrário, não só são inoportunas como também apresentam desvantagens. A preocupação com a pena privativa de liberdade e a necessidade de encontrar o substitutivo para a mesma não são novas e também não são apenas do Brasil, mas estão entrosadas com as preocupações mundiais, como se vê em vários Congressos de entidades ligadas ao tema.<sup>55</sup>

Entendendo a necessidade e validade da aplicação das penas alternativas,

---

<sup>54</sup> SZNICK, Valdir, op. cit., p. 51-52.

<sup>55</sup> SZNICK, Valdir, op. cit., p. 53.

convém conceituar as mesmas, o que é feito por Damásio nos seguintes termos: “Alternativas penais, também chamadas substitutivos penais e medidas alternativas, são meios de que se vale o legislador visando impedir a que o autor de uma infração penal venha a ser aplicada medida ou pena privativa de liberdade”.<sup>56</sup>

No dizer de Sznick, as penas alternativas podem ser entendidas da seguinte forma:

Pena alternativa é aquela que, mesmo punindo, não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e dos seus, não impede os seus afazeres normais. A pena alternativa é uma medida punitiva imposta ao autor da infração penal no lugar da pena privativa da liberdade. Penas alternativas são punições de natureza penal. Entre estas a multa, o perdão judicial (isenção de pena) e a prestação de serviços à comunidade.<sup>57</sup>

Diante das definições apresentadas é possível acrescentar que a natureza jurídica das penas alternativas consiste em natureza de pena com escopo de prevenir o cometimento de novos crimes.

As penas alternativas podem ser autônomas ou acessórias; as primeiras são substitutivas, ou seja, apenas são aplicadas aos casos previstos, independentemente do implemento de alguma condição, as acessórias, por sua vez, dependem da aplicação de uma pena detentiva que, só depois será substituída por uma pena alternativa, isto é, a pena privativa de liberdade poderá vir a ser substituída por uma pena alternativa.

Damásio de Jesus apresenta, oportunamente, as vantagens e desvantagens da imposição das penas alternativas da seguinte forma. Vantagens: diminuem o custo do sistema repressivo, permitem ao juiz adequar a reprimenda penal à gravidade objetiva do fato e às condições pessoais do condenado, evitam o encarceramento do condenado nas infrações penais de menor potencial ofensivo,

---

<sup>56</sup> JESUS, Damásio E. de, op. cit., p. 29.

<sup>57</sup> SZNICK, Valdir, op. cit., p. 54.

afastam o condenado do convívio com outros delinqüentes, reduzem a reincidência, o condenado não precisa deixar sua família ou comunidade. De outra parte, as desvantagens mencionadas são: não reduzem o número de encarcerados, não apresentam conteúdo intimidativo, mais parecendo meios de controle pessoal ou medidas disciplinadoras do condenado, em face do aumento das penas alternativas nos Códigos Penais, o legislador é induzido a criar novas normas incriminadoras, aumentando o número de pessoas sob controle penal e ampliando a rede punitiva.

Como em todo sistema de justiça criminal, as penas alternativas também são eviadas de vantagens e desvantagens, entretanto, a despeito das falhas ou pontos positivos é importante observar que todas as penas deverão, primeiramente, ser pautadas no princípio da dignidade humana, o qual deverá nortear todas as fases da execução penal.

Como salienta Cernicchiaro “[...] o processo de modo algum pode arranhar a dignidade do homem, garantida contra qualquer ofensa”.<sup>58</sup>

De maneira geral, o quadro que se delineia no sistema penal pátrio, especialmente quando se trata da execução penal evidencia inúmeras falhas, o que vem a acentuar a necessidade de que sejam buscados meios destinados a amenizar tais problemas e conferir novos contornos à execução penal.

De acordo com Costa uma das maiores preocupações do país na atualidade reside nas sanções atualmente aplicadas, isso em virtude de seu conservadorismo no que se refere a tal tema, pois, adotou-se um costume de acreditar que as penas privativas de liberdade seriam os únicos instrumentos capazes de combater o crime e, a despeito da imposição freqüente dessas, não se tem registrado diminuição nos índices de criminalidade. A população tende a ver nas penas alternativas apenas uma camuflagem para a impunidade dos criminosos.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> CERNICCHIARO, Luiz Vicente. **Direito penal na constituição**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 125.

<sup>59</sup> COSTA, Walkyrya Nunes. **Penas alternativas**. Revista Consulex – ano V – Nº 104 – 15 de maio/2001, p. 64.

Toda vez que acontece um crime violento de grande repercussão, ecoa o bramido das multidões com a maré de repulsas e bandeiras de medidas punitivas mais severas para os transgressores da lei. Há quem peça até a pena de morte ou a prisão perpétua para os mais perigosos e cadeia mais longa para outros tantos indivíduos que saem da trilha da conduta determinada pelo cotidiano legal.<sup>60</sup>

Essa é a concepção do senso comum, que se nega a compreender que o sistema penitenciário não tem ressocializado pessoa alguma, ao contrário, tem pervertido e corrompido aqueles que são levados para dentro de seus muros. Embora a sociedade tenha evoluído e os sistemas legais se modernizado, a pena de prisão continua possuindo o caráter de castigo e não de meio para reintegração do condenado à sociedade.

Entende-se que a privação de liberdade poderia reprimir o crime não fossem as condições do sistema penitenciário brasileiro onde o criminoso é submetido a condições subumanas, em meios a doenças, falta de higiene, má alimentação, más companhias, culminando na degradação dos que lá são inseridos e não em sua ressocialização.<sup>61</sup>

As penas alternativas têm várias vantagens, que provam contundentemente que sua adoção é eficaz e muito atual. Claro que há alguns inconvenientes, mas não chegam a ser desvantagens. Já é comprovado que agir preventivamente é mais conveniente e, portanto, mais eficaz que agir de forma repressiva. Entre as vantagens, podemos destacar o benefício que sua aplicabilidade exerce sobre os sujeitos relacionados ao fato que deu ensejo à punição. Ao ser privado de sua liberdade, o criminoso em nada vai ressarcir a vítima, o que não ocorre com o advento das penas tidas como alternativas. O Estado é beneficiado, assim como a vítima e, evidentemente, o criminoso.<sup>62</sup>

Assim, é necessário que, no Brasil, a legislação penal em vigor se volte para a viabilização de investimentos na área das penas alternativas como prestação de serviços à comunidade e perda de bens e valores, pois, essas punições atingem

---

<sup>60</sup> OLIVEIRA, Edmundo. **É preciso parar de prender**. Revista Consulex – Ano VI – nº 143 – 31 de dezembro/2002, p. 43.

<sup>61</sup> COSTA, Walkyria Carvalho Nunes, op. cit., p. 64.

<sup>62</sup> COSTA, Walkyria Carvalho Nunes, op. cit., p. 64.

ricos e pobres de acordo com os delitos por eles cometidos e dentro de suas possibilidades de cumprimento, conferindo caráter utilitário à pena. De outra parte, não há que se tolerar os gastos cada vez maiores que o Estado tem suportado a cada rebelião, uma vez que o custo de um preso é muito alto, equivalendo ao que se gasta com duas crianças em uma escola. Assim, urge a tomada de decisões no sentido de combater tal problema.<sup>63</sup>

Diante de tal cenário, avulta de maneira significativa a necessidade de criação e implementação de penas alternativas, a exemplo do disposto pela Lei 9714 de 25-11-1998, que instituiu alguns tipos de penas alternativas que serão doravante comentados.

### 3.1.1 Espécies de Penas Alternativas Presentes na Lei 9.714/98

A inserção de penas alternativas nos textos legais demonstra uma nova tendência na execução penal brasileira, o que vem a evidenciar a necessidade de revisão no sistema de modo a adaptá-lo às novas necessidades sociais.

Consoante expõe Robaldo, inúmeros são os pontos em destaque da lei em tela, e que podem ser enumerados em seus próprios objetivos, a saber: evitar a pena de prisão e ressocializar o infrator por outros meios. Assim, além de evitar os malefícios da prisão que não recaem apenas sobre o preso, mas sobre toda a sociedade, haja vista os altos custos de manutenção dos presídios e cria uma outra possibilidade de imposição de penas diante da falência do sistema penitenciário brasileiro. Para o autor, a aplicação do sistema de penas alternativas consiste em avanço, ainda que carente de algumas correções.<sup>64</sup>

A primeira espécie de pena alternativa trazida pela lei em comento é a Multa

---

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Edmundo, op. cit., p. 44.

<sup>64</sup> ROBALDO, José Carlos de Oliveira, op. cit., p. 51.

Substitutiva ou Vicariante, tal medida evidencia que nos casos de pena igual ou inferior a um ano essa poderá ser substituída por multa ou pena restritiva de direitos. Nessa mesma linha, se a pena for superior a um ano, poderá ser substituída por uma restritiva de direitos mais multa ou duas restritivas de direitos.

Em seguida, a lei em tela trata da Prestação Pecuniária que, nesse caso, é feito pagamento em dinheiro à vítima ou a seus dependentes ou, ainda, a uma entidade com destinação social. O valor da prestação será determinado pelo juiz.

Quando presentes os requisitos que autorizem a prestação pecuniária e essa não puder, por algum motivo, ser aplicada, poder-se-á proceder à substituição por Prestação Alternativa Inominada, assim, fixa-se o valor em dinheiro e se substitui por outras medidas como entrega de cestas básicas e outros.

Em seguida é tratada a Perda de Bens e Valores, pena alternativa em que os bens e valores do condenado são destinados ao Fundo Penitenciário Nacional e que terá como teto ou o valor do prejuízo causado ou o valor do benefício obtido mediante a prática do ato delituoso – sendo escolhido aquele que for maior.

Tem-se, ainda, a Prestação de Serviços à Comunidade, aplicável a penas privativas de liberdade superiores a seis meses e consistente na prestação de serviços gratuitos por parte do condenado a entidades sociais: escolas, hospitais, orfanatos e similares, sendo respeitadas as características pessoais do condenado e suas habilidades quando da determinação de tarefas a serem cumpridas pelo mesmo.

A Interdição Temporária de Direitos pode ser estabelecida de quatro maneiras, a depender do delito que enseje sua aplicação, podendo ocorrer: proibição do exercício de cargo, função, atividade pública, mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que requeiram habilitação especial,

licença ou autorização do Poder Público; suspensão de autorização para dirigir veículo; proibição de freqüentar determinados lugares. Assim, a depender do delito praticado pode figurar como medida de justiça e ser adequada a imposição de uma das quatro maneiras de interdição temporária de direitos.

A Limitação de Fim de Semana, de sua parte, implica na obrigação de o condenado permanecer por cinco horas diárias aos sábados e domingos e, casa de albergado ou similar nos quais poderão ser ministradas palestras, cursos ou outras atividades educativas.

Diante desse breve comentário das penas alternativas presentes na Lei 9.714/98 torna-se possível verificar os parâmetros adotados para cada uma delas e a preocupação do legislador em adequar delito e pena com a finalidade de promover a pacificação social.

### 3.2 PRIVATIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS

As falhas do sistema prisional já foram evidenciadas em momento oportuno e, tais falhas ensejam ações mais incisivas na busca de medidas que visem a, se não resolver o problema das prisões, ao menos, minimizá-lo, uma vez que tais problemas têm origem histórica, vêm permanecendo ao longo do tempo e, portanto, não há que se pensar que a solução para os mesmos seja fácil.

Quando se afirma que as prisões estão em declínio não devemos supor que seus males sejam recentes. Nos tempos passados as prisões não eram melhores que as atuais, ao contrário as condições eram piores. Mas na realidade não foram as prisões que pioraram mas sim o homem que progrediu e na sua mentalidade atual percebeu as deficiências dos lugares destinados à segregação do criminoso, lugares estes que nada ou bem pouco auxiliam na recuperação do delinqüente, levando-se em conta que hoje não se atribui maior valor à punição do que à correção do preso.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> CASTIGLIONE, Teodolindo. op. cit., p. 36.



Assim, considerando os problemas pelos quais passa o sistema penitenciário em nível global, inúmeras idéias e alternativas começaram a se fazer presentes nesse cenário, dentre elas, a da privatização dos presídios, na intenção de que o Estado transferisse a obrigação de manter os presídios a particulares que, dedicando-se com exclusividade a tal tarefa, teriam melhores condições de fazê-lo. Alguns países já adotaram a idéia em comento, especialmente em razão de:

É precisamente num contexto de explosão da população penitenciária, de escalada dos gastos, de degradação das condições de alojamento que, por sua vez, tem levado à intervenção judicial no sistema, e de uma postura do público que, ao mesmo tempo que exige penas mais duras para os violadores da lei penal, recusa-se a autorizar os recursos necessários à construção de novos estabelecimentos, que as prisões privadas têm sido propostas e apresentadas como solução à crise do sistema penitenciário [...].<sup>66</sup>

Diante disso, torna-se necessária a compreensão de que o Estado, por si, não será capaz de resolver tal problema que, inclusive, é de toda a sociedade e não apenas do Estado e, assim, figura como medida plausível a privatização dos presídios, cujo nome não corresponde exatamente à idéia, uma vez que não se trata de vender os presídios ou ações dos mesmos, mas admitir a inserção da iniciativa privada nessa seara, colaborando com o Estado na árdua tarefa de administrar as unidades prisionais.<sup>67</sup>

A privatização dos presídios já é uma realidade nos Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, Itália, França e outros. Em 1983, nos Estados Unidos, a empresa Corrections Corporation of America oferecia aos estados a oportunidade de financiar a construção de presídios, assessoria na administração dos estabelecimentos prisionais e, ainda, criar condições de reabilitação efetiva dos detentos.<sup>68</sup>

Em 1984, na Inglaterra, a percepção da crise do sistema penitenciário

---

<sup>66</sup> MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de presídios e criminalidade**: a gestão da violência no capitalismo global. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 64.

<sup>67</sup> D'URSO, Luiz Flavio Borges, op. cit., p. 44.

<sup>68</sup> MINHOTO, Laurindo Dias, op. cit., p. 64.

evidenciou a necessidade de que o mesmo fosse revisto, uma vez que o sistema se mostrava ineficaz e, ainda, com custos altos e superiores aos gastos do sistema educacional. Assim, o Instituto Adam Smith publicou o relatório “Omega” no qual se recomendava a adoção de prisões privadas, fazendo referência à proposta americana.<sup>69</sup>

Com relação aos países em comento, Minhoto esclarece que:

É importante assinalar que ainda que a superlotação e os altos custos do encarceramento constituam denominadores comuns à apreensão da crise do sistema penitenciário dos EUA e da Inglaterra, e invocados como a principal justificativa aos vultosos programas de construção de novos estabelecimentos em ambos os países, é importante não perder de vista as diferenças bem marcadas que singularizam e configuram o sistema penitenciário dos dois países. Enquanto a Inglaterra possui uma estrutura penitenciária centralizada, nos EUA há três níveis político-administrativos relativamente independentes de gestão do sistema; as dificuldades com que se vêem às voltas os Estados norte-americanos no que diz respeito às alternativas de financiamento da expansão do sistema, que decorrem da desaprovação popular expressa sob a forma de plebiscitos, bem como o alto grau de intervenção judicial nas prisões, têm constituído ingredientes centrais à crise do sistema penitenciário dos EUA e perante os quais a privatização surge como suposta solução. Nenhum desses fatores se faz presente no contexto inglês.<sup>70</sup>

Assim, observa-se que os problemas no setor prisional da Inglaterra e dos Estados Unidos são de diferentes ordens, entretanto, a despeito da diferença<sup>71</sup> entre seus sistemas, a privatização figurou como alternativa válida para ambos, o que demonstra ser a privatização dos presídios estratégia válida na solução ou minimização dos problemas relativos ao sistema penitenciário.

Não apenas a Inglaterra e os Estados Unidos adotaram a idéia de privatização de presídios, mas também outros países acima mencionados, entretanto, é importante dizer que em cada um deles optou-se por uma forma de fazê-lo, assim, nos Estados Unidos a iniciativa privada atua intensivamente no

---

<sup>69</sup> MINHOTO, Laurindo Dias, op. cit., p. 65.

<sup>70</sup> MINHOTO, Laurindo Dias, op. cit., p. 66-67

<sup>71</sup> DAVID, R. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 30.

sistema prisional enquanto na França, por exemplo, isso se dá em menor grau em caráter de co-gestão entre Estado e iniciativa privada.<sup>72</sup>

Assim, tem-se que cada Estado, em adotando a idéia de privatizar seus presídios, poderá fazê-lo da maneira mais adaptada a suas características e modelo de gestão no setor público, pois, o importante nesse sentido é que a pena venha a ter significado e colaborar com a redução da criminalidade e ressocialização do preso, já que:

O homem segregado deve somente perder sua liberdade e nada mais. O Estado é o responsável por aquele que se acha preso, de modo que tudo o mais, todas as atrocidades sofridas pelos presos enquanto segregados, são de responsabilidade direta do Estado. Cremos que as unidades prisionais privadas poderão preservar a dignidade do preso, de modo especial se estivermos tratando do preso provisório, aquele que ainda não foi julgado e poderá ainda ser absolvido. Quem lhe restituirá o que perdeu na cadeia, quem lhe devolverá a dignidade que lhe foi aniquilada? Ninguém.<sup>73</sup>

Diante de tal reflexão torna-se evidente a necessidade de que sejam buscados caminhos que apontem para uma nova realidade no sistema prisional que não apenas a segregação que apenas tem disfarçado o problema criminalidade, não oferecendo, contudo, solução para o mesmo.

Quanto ao funcionamento das unidades prisionais privadas, Bordin explica que:

Com a co-gestão, a partir de um modelo de administração terceirizada, o Estado é responsável pela construção do prédio, e pela direção geral do complexo, na figura do diretor, do vice-diretor e do chefe de segurança. A empresa contratada é encarregada de recrutar e administrar os agentes de segurança e disciplina, pessoal técnico e administrativo, e de operacionalizar ações que ocorrem diuturnamente, através da permanente assistência jurídica, pedagógica, médico-odontológica, acompanhamento psicológico, fornecimento de alimentação balanceada, entrega de uniforme e materiais de uso pessoal, assim como modernos equipamentos de

---

<sup>72</sup> D'URSO, Luiz Flavio Borges, op. cit., p. 44.

<sup>73</sup> D'URSO, Luiz Flavio Borges, op. cit., p. 45.

segurança.<sup>74</sup>

Nesse sistema, ao Estado compete a parte jurisdicional e ao particular a parte operacional, nos Estados Unidos o valor pago ao administrador é calculado por preso, mas isso varia consoante cada sistema.

Vale salientar, ainda, que nesse sistema, o trabalho do preso é incentivado como medida de reintegração desse à vida social e ao trabalho fora da prisão. De acordo com a Lei de Execuções Penais o trabalho é entendido como medida de reeducação do apenado e capaz de inseri-lo socialmente. Convém dizer que o trabalho do preso evita a ociosidade no presídio, mantém o equilíbrio e a auto-estima do preso e, ainda, disponibiliza uma renda que poderá ser destinada à sua família ou à reparação do mal causado.<sup>75</sup>

No Brasil, o estado do Paraná é pioneiro no que pertine à privatização de presídios, uma vez que consta de quatro unidades com serviços terceirizados, as quais apresentam plenas condições de ressocialização do apenado e está iniciando o mesmo processo com mais duas, dentre as quais, uma de segurança máxima. A empresa contratada pelo estado cuida desde o uniforme até a alimentação e medicamentos a serem proporcionados aos presos, inclusive oferecendo cursos de formação educacional e profissional com trabalho remunerado. Vale dizer que nos presídios em comento o índice de tentativa de fuga é zero e o de reincidência de apenas 2%, o que é atribuído à oportunidade ali concedida para que o preso volte o convívio social, uma vez que recebe formação quando do cumprimento de sua pena no estabelecimento prisional.<sup>76</sup>

No Ceará também já está sendo implantado o sistema de privatização dos presídios e, tanto nesse estado quanto no Paraná pode se afirmar que:

---

<sup>74</sup> BORDIN, Paulo Helder. **Co-gestão**: um novo modelo de administração penitenciária. Revista Consulex – Ano VI – nº 134 – 15 de agosto/2002, p. 30.

<sup>75</sup> PAULUCCI, Fernando Boani. **Trabalho externo do preso**. Revista Consulex – Ano 1 – nº 7 – Julho / 1997, p. 44.

<sup>76</sup> BORDIN, Paulo Helder, op. cit., p. 31.

Uma novidade nessas experiências é o fato de se colocar em prática tudo o que se vem pregando ao longo dos anos, para o sistema prisional, quer pela forma digna com que o preso é tratado, quer pela disciplina imposta na unidade, a comida é de boa qualidade, o apenado passa a ter higiene, sendo-lhe fornecidos produtos para tal, além de todos trabalharem e estudarem, objetivando sua ressocialização. A assistência jurídica, tão reclamada, ao lado da assistência médica, é também um diferencial naquelas unidades que passam para a iniciativa privada tais responsabilidades as quais são cumpridas satisfatoriamente, segundo os usuários.<sup>77</sup>

Diante dos comentários ora expostos e dos dados apresentados, torna-se evidente o fato de que a privatização dos presídios consiste em alternativa válida, possível e eficaz no que se refere a combater as falhas do sistema penitenciário, isso porque nesse sistema tem-se realmente uma finalidade para a pena, consistente na educação e profissionalização do encarcerado a fim de que esse adquira as condições necessárias para voltar ao convívio social e, por conseguinte, reintegrar-se à sociedade.

### 3.3 APAC

A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, consiste em alternativa para a ressocialização de presos vigente no Município de Pimenta Bueno. Fundada em 09 de abril de 1992, a instituição em tela tem por finalidade, como consta em seu estatuto, auxiliar as autoridades judiciárias e policiais do citado município no que tange à readaptação dos condenados e egressos daquela comarca, desenvolvendo atividades relacionadas à família, educação, saúde, recreação, profissionalização, assessoria jurídica e aspectos relativos à espiritualidade.

Diante de tal objetivo tem-se que a associação em comento tem por escopo

---

<sup>77</sup> D'URSO, Luiz Flávio Borges. op. cit., p.58.

disponibilizar meios que permitam ao condenado a ressocialização, não se atendo à pessoa do condenado, uma vez que também é prestada assistência à família do preso.

A associação aqui descrita consiste em iniciativa louvável no campo das alternativas relativas ao sistema penitenciário, vale dizer que a instituição é devidamente organizada, consta de estatuto próprio (vide anexo), no qual estão explícitas suas funções, constituição, poderes, sócios, dentre outros.

Notória é a contribuição que tal iniciativa tem oferecido àquele município no que tange a seu sistema penal, o que pode ser comprovado pelo convênio firmado entre a empresa “Carrocerias Paraná” e a APAC (anexo), por meio do qual está sendo ofertado trabalho ao preso que, certamente, diante de tal experiência em seu período prisional, terá maiores condições de se reintegrar à sociedade, uma vez que o período em que esteve preso não foi de ociosidade, mas de trabalho honesto que contribuiu para sua formação pessoal e profissional.

Outro exemplo dos bons resultados obtidos pela APAC pode ser ilustrado mediante o convênio firmado entre aquela associação e a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno (anexo) que, da mesma forma que o exemplo citado acima, emprega presos e repassa, na forma de pagamento pelos serviços prestados pelos apenados, recursos à APAC.

O município de Pimenta Bueno, por meio do pioneirismo da iniciativa aqui relatada, é reconhecido nacionalmente no que tange ao sistema prisional, dado o sucesso da instituição em comento, o que demonstra que existe a possibilidade de melhoras no sistema carcerário, basta que haja iniciativas nesse sentido a fim de que, efetivamente, possa-se falar em ressocialização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do trabalho desenvolvido tornou-se possível verificar todo o desenvolvimento do sistema penal, e, mais especificamente os dados relativos à imposição de penas e suas respectivas motivações para os mais diversos delitos cometidos. Tal reflexão constou de uma breve exposição acerca das teorias que informam a aplicação da pena.

O Sistema Penitenciário Brasileiro foi analisado desde seus aspectos históricos até o delineamento do quadro atual, o que oportunizou a verificação da teoria que embasa tal sistema, bem como dos problemas constantes nestes presídios os quais, devido a sua gravidade, exigem medidas urgentes.

Perpassou todo o trabalho a concepção de que o sistema penitenciário pátrio tem se mostrado insuficiente para o que se espera dele e ineficaz no que se refere à repressão do crime, prevenção e ressocialização do apenado, que são as premissas básicas que informam tal sistema, e, no entanto, não estão se fazendo sentir no presídios brasileiros.

O aumento da criminalidade, como visto, se dá em virtude de diferentes motivos que vão desde o desemprego até a miséria, uso de drogas, dentre outros; esse aumento provoca a superlotação dos presídios em um sistema baseado apenas na pena privativa de liberdade, uma vez que a consciência social dita que

somente a privação da liberdade é pena e não qualquer outra medida.

Assim, a despeito do desenvolvimento social, ainda vigora, mesmo que indiretamente, a concepção de pena como castigo e, nesse pensar, os indicativos legais estão sendo totalmente desprezados e não têm atuado na prática penal brasileira.

Diante dos problemas apresentados pela maioria das penitenciárias que têm fomentado ainda mais a prática de crimes ao contrário de coibir tais práticas torna-se evidente a necessidade de adoção de novas formas de penalizar aquele que praticou uma conduta delituosa, motivo pelo qual figuram com cada vez maior interesse por parte dos estudiosos as penas alternativas, as quais não têm por tendência encarcerar, mas oferecer oportunidade de o criminoso continuar convivendo socialmente e, ainda, pagar pelo que fez.

Nesses moldes, a privação de liberdade se restringiria aos criminosos mais perigosos, aqueles considerados não aptos a permanecerem livremente em sociedade e que deveriam ficar nos presídios para adquirirem as características necessárias ao retorno ao convívio social. Assim, o presídio seria um local de aprendizado que forneceria o necessário para a reintegração social do apenado.

É forçoso ressaltar, entretanto, que o Estado não tem disposto de condições para transformar os presídios em locais de aprendizado e oportunidade de reinserção, motivo pelo qual apresenta-se como alternativa básica a privatização de presídios, que consiste na admissão da iniciativa privada em regime de co-gestão com o poder público na administração das unidades prisionais, em que a parte jurisdicional compete ao Estado e a operacional aos particulares responsáveis.

Como evidenciado no presente estudo, dois estados brasileiros – Ceará e Paraná – já têm aplicado com sucesso a inovação de privatizar presídios, a exemplo



do que é feito em países como Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, Itália e França. Os resultados obtidos com essas iniciativas pioneiras, por si sós, demonstram a validade da privatização dos presídios e a melhoria significativa que poderia advir da combinação dessa nova forma de administração com a inserção de penas alternativas, a exemplo do realizado pela lei 9.214/98 comentada no presente estudo.

De maneira geral, pode-se observar que a situação do sistema penitenciário é crítica e repleta de falhas que comprometem não apenas os criminosos, mas a sociedade de maneira geral, que presencia o aumento da criminalidade e dos gastos com o sistema prisional. Diante disso, faz-se necessária a adoção de medidas adequadas à solução dos problemas apontados, assim como penas alternativas e privatização dos presídios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BORDIN, Paulo Helder. **Co-gestão**: um novo modelo de administração penitenciária. Revista Consulex – Ano VI – nº 134 – Agosto/2002.

CASTIGLIONE, Teodolindo. **Estabelecimentos penais abertos**. São Paulo: Saraiva, 1959.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente. **Direito penal na constituição**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

COSTA, Walkyrya Carvalho Nunes. **Penas alternativas**. Revista Consulex – Ano IV – nº 104 – Maio/2001.

D'URSO, Luiz Flavio Borges. **Privatização de presídios**. Revista Consulex – Ano III – nº 44 – Julho/1999.

. **Privatização dos presídios**. Revista Consulex – Ano V – nº 104 – Maio/2001.

DAVID, R. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Questões fundamentais de direito penal revisitadas**. São Paulo: RT, 1999.

DINIZ, Eduardo Albuquerque Rodrigues. **Realidade do sistema penitenciário brasileiro**. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br/artigos>. Acesso em 13-02-2007 às 22h32min.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. 3 ed. Forense: Rio de Janeiro, 1955.

JESUS, Damásio E. de. **Penas alternativas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Finalidades da pena**. São Paulo: Manole, 2004.

LIMA FILHO, Osmar Aarão Gonçalves de. **Soluções legais para a recuperação do presidiário no Brasil: a proposta e a realidade**. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em 14-02-2007 às 00h32min.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Vértice, 1987.

MATTA, Roberto da. **As raízes da violência no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Nelson Pizzotti. **A nova defesa social**. São Paulo: Justitia, 1974.

MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de presídios e criminalidade: a gestão da violência no capitalismo global**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MUAKAD, Irene Batista. **Prisão albergue**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Edmundo. **É preciso parar de prender**. Revista Consulex – Ano VI – nº 143 – Dezembro/2002.

PÁLMA, Arnaldo de Castro; ROGÉRIO, Ivonete e NEVES, Lair Celeste. **A questão penitenciária e a letra morta da lei**. Curitiba: JM, 1997.

PAULUCCI, Fernando Boani. **Trabalho externo do preso**. Revista Consulex – Ano I – nº 7 – Julho/1997.

PEDROSO, Regina Célia. **Utopias penitenciárias**: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em 13-02-2007 às 23h31min.

PIMENTEL, Manoel Pedro. **Ensaio sobre a pena**. São Paulo: Justitia, 1972.

QUIRINO, Arnaldo. **Prisão ilegal e responsabilidade civil do estado**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBALDO, José Carlos de Oliveira. **Penas alternativas**. Revista Consulex – Ano IV – nº 39 – Março/2000.

ROXIN, Claus. **Problemas fundamentais de direito penal**. 3 ed. Lisboa: Vega, 1998.

SILVA, Evandro Lins e. **História das penas**. Revista Consulex – Ano V – nº 104 – Maio/2001.

SZNICK, Valdir. **Penas alternativas**. São Paulo: Universitária de Direito, 1999.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Política criminal latinoamericana**. Buenos Aires: Hammurabi, 1982.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1 – ESTATUTO DA APAC**

**ANEXO 2 – CONVÊNIO APAC E PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA  
BUENO-RO.**

### **ANEXO 3 – CONVÊNIO ENTRE APAC E EMPRESA PARTICULAR.**



## **ANEXO 4 – FOLHA DE PONTO APAC**

## **ANEXO 5 – FOLHA DE REMISSAO DA APAC**

## **ANEXO 6 – IMAGEM DO PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA.**

## **ANEXO 7 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL**

**LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.**

***Institui a Lei de Execução Penal.***

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## **TÍTULO I**

### ***DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL***

**Art. 1º** - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

**Art. 2º** - A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Esta lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

**Art. 3º** - Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

**Art. 4º** - O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

## **TÍTULO II**

### ***DO CONDENADO E DO INTERNADO***

#### **CAPÍTULO I**

##### ***DA CLASSIFICAÇÃO***

**Art. 5º** - Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

**Art. 6º** - A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

**Art. 7º** - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo Diretor e composta, no mínimo por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade.

Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do Serviço Social.

**Art. 8º** - O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

**Art. 9º** - A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas:

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ASSISTÊNCIA**

#### **Seção I**

##### ***Disposições gerais***

**Art. 10** - A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

**Art. 11** - A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.

## **Seção II**

### ***Da assistência material***

**Art. 12** - A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

**Art. 13** - O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

## **Seção III**

### ***Da assistência à saúde***

**Art. 14** - A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º - (VETADO).

§ 2º - Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

## **Seção IV**

### ***Da assistência jurídica***

**Art. 15** - A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

**Art. 16** - As unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais.

## **Seção V**

### ***Da assistência educacional***

**Art. 17** - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

**Art. 18** - O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

**Art. 19** - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

**Art. 20** - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

**Art. 21** - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

## **Seção VI**

### ***Da assistência social***

**Art. 22** - A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

**Art. 23** - Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;

II - relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e



do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

## **Seção VII**

### ***Da assistência religiosa***

**Art. 24** - A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º - No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º - Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

## **Seção VIII**

### ***Da assistência ao egresso***

**Art. 25** - A assistência ao egresso consiste;

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

**Art. 26** - Considera-se egresso para os efeitos desta lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

**Art. 27** - O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a

obtenção de trabalho.

## **CAPÍTULO III**

### ***DO TRABALHO***

#### **Seção I**

##### ***Disposições gerais***

**Art. 28** - O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º - Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º - O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 29** - O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.

§ 1º - O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequena despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º - Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em cadernetas de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

**Art. 30** - As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

#### **Seção II**

### ***Do trabalho interno***

**Art. 31** - O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Parágrafo único. Para o preso provisório o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

**Art. 32** - Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º - Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º - Os maiores de sessenta anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º - Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

**Art. 33** - A jornada normal de trabalho não será inferior a seis, nem superior a oito horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

**Art. 34** - O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

Parágrafo único. Nessa hipótese, incumbirá à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregar-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada.

**Art. 35** - Os órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares.

Parágrafo único. Todas as importâncias arrecadadas com as vendas reverterão em favor da fundação ou empresa pública a que alude o artigo anterior ou, na sua

falta, do estabelecimento penal.

### **Seção III**

#### ***Do trabalho externo***

**Art. 36** - O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizados por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º - O limite máximo do número de presos será de dez por cento do total de empregados na obra.

§ 2º - Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º - A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

**Art. 37** - A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de um sexto de pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

### **CAPÍTULO IV**

#### ***DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA***

##### **Seção I**

###### ***Dos Deveres***

**Art. 38** - Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena.

**Art. 39** - Constituem deveres do condenado:

I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;

II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva

relacionar-se;

III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;

IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI - submissão à sanção disciplinar imposta;

VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;

VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

X - conservação dos objetos de uso pessoal.

Parágrafo único. Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.

## **Seção II**

### ***Dos Direitos***

**Art. 40** - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

**Art. 41** - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuários;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - previdência social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas

anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

**Art. 42** - Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção.

**Art. 43** - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

Parágrafo único. As divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidos pelo juiz de execução.

### **SEÇÃO III**

#### ***Da disciplina***

#### **SUBSEÇÃO I**

## ***Disposições gerais***

**Art. 44** - A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restrita de direitos e o preso provisório.

**Art. 45** - Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º - As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

§ 2º - É vedado o emprego de cela escura.

§ 3º - São vedadas as sanções coletivas.

**Art. 46** - O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

**Art. 47** - O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares.

**Art. 48** - Na execução das penas restritas de direitos, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.

Parágrafo único. Nas faltas graves, a autoridade representará ao juiz da execução para os fins dos arts. 118, inciso I, 125, 127, 181, §§ 1º, letra d, e 2º desta lei.

## **SUBSEÇÃO II**

### ***Das faltas disciplinares***

**Art. 49** - As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

Parágrafo único. Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

**Art. 50** - Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;

II - fugir;

III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;

IV - provocar acidente de trabalho;

V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas;

VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V no art. 39 desta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.

**Art. 51** - Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que:

I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;

II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;

III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta lei.

**Art. 52** - A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e sujeita o preso, ou condenado, à sanção disciplinar, sem prejuízo da sanção penal.

### **Subseção III**

#### ***Das sanções e das recompensas***

**Art. 53** - Constituem sanções disciplinares:

I - advertência verbal;

II - repreensão;

III - suspensão ou restrição de direitos (art. 41, parágrafo único);

IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no art. 88 desta lei.

**Art. 54** - As sanções dos incisos I a III do artigo anterior serão aplicadas pelo diretor do estabelecimento: a do inciso IV, por conselho disciplinar, conforme dispuser o regulamento.

**Art. 55** - As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em



favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho.

**Art. 56** - São recompensas:

I - o elogio;

II - a concessão de regalias.

Parágrafo único. A legislação local e os regulamentos estabelecerão a natureza e a forma de concessão de regalias.

#### **Subseção IV**

##### ***Da aplicação das sanções***

**Art. 57** - Na aplicação das sanções disciplinares levar-se-á em conta a pessoa do faltoso, a natureza e as circunstâncias do fato, bem como as suas conseqüências.

Parágrafo único. Nas faltas graves, aplicam-se as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 53 desta lei.

**Art. 58** - O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias.

Parágrafo único. O isolamento será sempre comunicado ao juiz da execução.

#### **Subseção V**

##### ***Do procedimento disciplinar***

**Art. 59** - Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.

Parágrafo único. A decisão será motivada.

**Art. 60** - A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de dez dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

Parágrafo único. O tempo de isolamento preventivo será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

### **título III**

## ***DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL***

### **CAPÍTULO I**

#### ***DISPOSIÇÕES GERAIS***

**Art. 61** - São órgãos da execução penal:

I - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

II - o Juízo da Execução;

III - o Ministério Público;

IV - o Conselho Penitenciário;

V - os Departamentos Penitenciários;

VI - o Patronato;

VII - o Conselho da Comunidade.

### **CAPÍTULO II**

#### ***DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E***

#### ***PENITENCIÁRIA***

**Art. 62** - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com sede na Capital da República, é subordinado ao Ministério da Justiça.

**Art. 63** - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por treze membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho terá duração de dois anos, renovado um terço em cada ano.

**Art. 64** - Ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no exercício de suas atividades, em âmbito federal ou estadual, incumbe:

I - propor diretrizes da política criminal quanto a prevenção do delito, Administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de

segurança;

II - contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária;

III - promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País;

IV - estimular e promover a pesquisa criminológica;

V - elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor;

VI - estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados;

VII - estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal;

VIII - inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, bem assim informar-se, mediante relatórios do Conselho Penitenciário, requisições, visitas ou outros meios, acerca do desenvolvimento da execução penal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, propondo às autoridades dela incumbida as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IX - representar ao juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal;

X - representar à autoridade competente para a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.

### **CAPÍTULO III**

#### ***DO JUÍZO DA EXECUÇÃO***

**Art. 65** - A execução penal competirá ao juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença.

**Art. 66** - Compete ao juiz da execução:

I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;

II - declarar extinta a punibilidade;

III - decidir sobre:

- a) soma ou unificação de penas;
- b) progressão ou regressão nos regimes;
- c) detração e remição da pena;
- d) suspensão condicional da pena;
- e) livramento condicional;
- f) incidentes da execução;

IV - autorizar saídas temporárias;

V - determinar:

- a) a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução;
- b) a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade;
- c) a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;
- d) a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;
- e) a revogação da medida de segurança;
- f) a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;
- g) o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra Comarca;
- h) a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 desta lei;

VI - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

VII - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;

VIII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei;

IX - compor e instalar o Conselho da Comunidade.

## **CAPÍTULO IV**

### ***DO MINISTÉRIO PÚBLICO***

**Art. 67** - O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução.

**Art. 68** - Incumbe, ainda, ao Ministério Público;

I - fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento;

II - requerer;

a) todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;

b) a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;

c) a aplicação de medida de segurança, bem com a substituição da pena por medida de segurança;

d) a revogação da medida de segurança;

e) a conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional;

f) a internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

III - interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.

Parágrafo único. O órgão do Ministério Público visitará mensalmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

## **CAPÍTULO V**

### ***DO CONSELHO PENITENCIÁRIO***

**Art. 69** - O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.

§ 1º - O Conselho será integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem

como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Penitenciário terá a duração de quatro anos.

**Art. 70 - Incumbe ao Conselho Penitenciário:**

I - emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;

II - inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;

III - apresentar, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

IV - supervisionar os patronatos, bem como assistência dos egressos.

## **CAPÍTULO VI**

### ***DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS***

#### **Seção I**

##### ***Do Departamento Penitenciário Nacional***

**Art. 71 -** O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

**Art. 72 -** São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional:

I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional;

II - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;

III - assistir tecnicamente as unidades federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta lei;

IV - colaborar com as unidades federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;

V - colaborar com as unidades federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do

internado.

Parágrafo único. Incumbe também ao Departamento a coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.

## **Seção II**

### ***Do Departamento Penitenciário local***

**Art. 73** - A legislação local poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer.

**Art. 74** - O Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da unidade da Federação a que pertencer.

## **Seção III**

### ***Da direção e do pessoal dos estabelecimentos penais***

**Art. 75** - O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;

II - possuir experiência administrativa na área;

III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

Parágrafo único. O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.

**Art. 76** - O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e Assessoramento do estabelecimento e às demais funções.

**Art. 77** - A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§ 1º - O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão ou a ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à

reciclagem periódica dos servidores em exercício.

§ 2º - No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

## **CAPÍTULO VII**

### ***DO PATRONATO***

**Art. 78** - O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos (art. 26).

**Art. 79** - Incumbe também ao Patronato:

- I - orientar os condenados à pena restritiva de direitos;
- II - fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana;
- III - colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

## **CAPÍTULO VIII**

### ***DO CONSELHO DA COMUNIDADE***

**Art. 80** - Haverá, em cada Comarca, um Conselho da Comunidade, composto, no mínimo, por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela seção da Ordem dos Advogados do Brasil e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.

Parágrafo único. Na falta da representação prevista neste artigo, ficará a critério do juiz da execução a escolha dos integrantes do Conselho.

**Art. 81** - Incumbe ao Conselho da Comunidade:

- I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na Comarca;
- II - entrevistar presos;
- III - apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário;
- IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor



assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

## **TÍTULO IV**

### ***DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS***

#### **CAPÍTULO I**

##### ***DISPOSIÇÕES GERAIS***

**Art. 82** - Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º - A mulher será recolhida a estabelecimento próprio e adequando à sua condição pessoal.

§ 2º - O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados.

**Art. 83** - O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

Parágrafo único. Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários.

**Art. 84** - O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado.

§ 1º - O preso primário cumprirá pena em seção distinta daquela reservada para os reincidentes.

§ 2º - O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal ficará em dependência separada.

**Art. 85** - O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades.

**Art. 86** - As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma unidade federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da

União.

§ 1º - A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher, mediante decisão judicial, os condenados à pena superior a quinze anos, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.

§ 2º - Conforme a natureza do estabelecimento, nele poderão trabalhar os liberados ou egressos que se dediquem a obras públicas ou ao aproveitamento de terras ociosas.

## **CAPÍTULO II**

### ***DA PENITENCIÁRIA***

**Art. 87** - A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.

**Art. 88** - O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

b) área mínima de seis metros quadrados.

**Art. 89** - Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.

**Art. 90** - A penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação.

## **CAPÍTULO III**

### ***DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR***

**Art. 91** - A Colônia Agrícola, Industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto.

**Art. 92** - O condenado poderá ser alojado em compartimento coletivo, observados os requisitos da letra a do parágrafo único do art. 88 desta lei.

Parágrafo único. São também requisitos básicos das dependências coletivas:

a) a seleção adequada dos presos;

b) o limite de capacidade máxima que atenda os objetivos de individualização da pena.

## **CAPÍTULO IV**

### ***DA CASA DO ALBERGADO***

**Art. 93** - A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

**Art. 94** - O prédio deverá situar-se em centro urbano, separado dos demais estabelecimentos, e caracterizar-se pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga.

**Art. 95** - Em cada região haverá pelo menos uma Casa do Albergado, a qual deverá conter, além dos aposentos para acomodar os presos, local adequado para cursos e palestras.

Parágrafo único. O estabelecimento terá instalações para os serviços de fiscalização e orientação dos condenados.

## **CAPÍTULO V**

### ***DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO***

**Art. 96** - No Centro de Observação realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação.

Parágrafo único. No Centro poderão ser realizadas pesquisas criminológicas.

**Art. 97** - O Centro de Observação será instalado em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento penal.

**Art. 98** - Os exames poderão ser realizados pela Comissão Técnica de Classificação, na falta do Centro de Observação.

## **CAPÍTULO VI**

### ***DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO***

**Art. 99** - O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no art. 26 e seu parágrafo único do Código Penal.

Parágrafo único - Aplica-se ao Hospital, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 88 desta lei.

**Art. 100** - O exame psiquiátrico e os demais exames necessários ao tratamento são obrigatórios para todos os internados.

**Art. 101** - O tratamento ambulatorial, previsto no art. 97, segunda parte, do Código Penal, será realizado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico ou em outro local com dependência médica adequada.

## **CAPÍTULO VII**

### ***DA CADEIA PÚBLICA***

**Art. 102** - A Cadeia Pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

**Art. 103** - Cada Comarca terá, pelo menos, uma Cadeia Pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar.

**Art. 104** - O estabelecimento de que trata este Capítulo será instalado próximo de centro urbano, observando-se na construção as exigências mínimas referidas no art. 88 e seu parágrafo único desta lei.

## **TÍTULO V**

### ***DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE***

#### **CAPÍTULO I**

#### ***DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE***

##### **Seção I**

##### ***Disposições Gerais***

**Art. 105** - Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.

**Art. 106** - A guia de recolhimento, extraída pelo escrivão, que a rubricará em

todas as folhas e a assinará com o juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterá:

I - o nome do condenado;

II - a sua qualificação civil e o número do registro geral no órgão oficial de identificação;

III - o inteiro teor da denúncia e da sentença condenatória, bem como certidão do trânsito em julgado;

IV - a informação sobre os antecedentes e o grau de instrução;

V - A data da terminação da pena;

VI - outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário.

§ 1º - Ao Ministério Público se dará ciência da guia de recolhimento.

§ 2º - A guia de recolhimento será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao início da execução ou ao tempo de duração da pena.

§ 3º - Se o condenado, ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal, far-se-á, na guia, menção dessa circunstância, para fins do disposto no § 2º do art. 84 desta lei.

**Art. 107** - Ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

§ 1º - A autoridade administrativa incumbida da execução passará recibo da guia de recolhimento, para juntá-la aos autos do processo, e dará ciência dos seus termos ao condenado.

§ 2º - As guias de recolhimento serão registradas em livro especial, segundo a ordem cronológica do recebimento, e anexadas ao prontuário do condenado, aditando-se, no curso da execução, o cálculo das remições e de outras retificações posteriores.

**Art. 108** - O condenado a quem sobrevier doença mental será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

**Art. 109** - Cumprida ou extinta a pena, o condenado será posto em liberdade, mediante alvará do juiz, se por outro motivo não estiver preso.

## **Seção II**

### ***Dos regimes***

**Art. 110** - O juiz, na sentença, estabelecerá o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade, observado o disposto no art. 33 e seus parágrafos do Código Penal.

**Art. 111** - Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.

Parágrafo único. Sobrevindo condenação no curso da execução, somar-se-á pena ao restante da que está sendo cumprida, para determinação do regime.

**Art. 112** - A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e seu mérito indicar a progressão.

Parágrafo único. A decisão será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário.

**Art. 113** - O ingresso do condenado em regime aberto supõe a aceitação de seu programa e das condições impostas pelo juiz.

**Art. 114** - Somente poderá ingressar no regime aberto o condenado que:

I - estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente;

II - apresentar, pelos seus antecedentes ou pelo resultado dos exames a que foi submetido, fundados indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime.

Parágrafo único. Poderão ser dispensadas do trabalho as pessoas referidas no art. 117 desta lei.

**Art. 115** - O Juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias:

I - permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;

II - sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;

III - não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;

IV - Comparecer a juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando foi determinado.

**Art. 116** - O juiz poderá modificar as condições estabelecida, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da autoridade administrativa ou do condenado, desde que as circunstâncias assim o recomendem.

**Art. 117** - Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

I - condenado maior de setenta anos;

II - condenado acometido de doença grave;

III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;

IV - condenada gestante.

**Art. 118** - A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (art. 111).

§ 1º - O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses referidas nos incisos anteriores, frustrar os fins da execução ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.

§ 2º - Nas hipóteses do inciso I e do parágrafo anterior, deverá ser ouvido, previamente, o condenado.

**Art. 119** - A legislação local poderá estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto (art. 36, § 1º, do Código Penal).

### **Seção III**

#### ***Das autorizações de saída***

## **Subseção I**

### ***Da permissão de saída***

**Art. 120** - Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;

II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do art. 14).

Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.

**Art. 121** - A permanência do preso fora do estabelecimento terá a duração necessária à finalidade da saída.

## **Subseção II**

### ***Da saída temporária***

**Art. 122** - Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I - visita à família;

II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do segundo grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

**Art. 123** - a autorização será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - Comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário, e um quarto, se reincidente;

III - compatibilidade do benefício com os objetos da pena.



**Art. 124** - A autorização será concedida por prazo não superior a sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.

Parágrafo único. Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de segundo grau ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes.

**Art. 125** - O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

Parágrafo único. A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.

## **Seção IV**

### ***Da Remição***

**Art. 126** - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º - A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de um dia de pena por três de trabalho.

§ 2º - O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º - a remissão será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

**Art. 127** - O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

**Art. 128** - O tempo remido será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

**Art. 129** - A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles.

Parágrafo único. Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos.

**Art. 130** - Constitui o crime do art. 299 do Código Penal declarar ou atestar

falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

## **Seção V**

### ***Do livramento condicional***

**Art. 131-** O livramento condicional poderá ser concedido pelo Juiz da execução, presentes os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.

**Art. 132 -** Deferido o pedido, o juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento.

§ 1º - Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações seguintes:

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- b) comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação;
- c) não mudar do território da Comarca do Juízo da Execução, sem prévia autorização deste.

§ 2º - Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:

- a) não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;
- b) recolher-se à habitação em hora fixada;
- c) não freqüentar determinados lugares.

**Art. 133 -** Se for permitido ao liberado residir fora da Comarca do Juízo da Execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao juízo do lugar para onde se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.

**Art. 134 -** O liberado será advertido da obrigação de apresentar-se imediatamente às autoridades referidas no artigo anterior.

**Art. 135 -** Reformada a sentença denegatória do livramento, os autos baixarão do juízo da Execução, para as providências cabíveis.

**Art. 136 -** Concedido o benefício, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em duas vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa

incumbida da execução e outra ao Conselho Penitenciário.

**Art. 137** - A cerimônia do livramento condicional será realizada solenemente no dia marcado pelo presidente do Conselho Penitenciário, no estabelecimento onde está sendo cumprida a pena, observando-se o seguinte:

I - a sentença será lida ao liberando, na presença dos demais condenados, pelo presidente do Conselho Penitenciário ou membro por ele designado, ou, na falta, pelo juiz;

II - a autoridade administrativa chamará a atenção do liberando para as condições impostas na sentença de livramento;

III - o liberando declarará se aceita as condições.

§ 1º - De tudo, em livro próprio, será lavrado termo subscrito por quem presidir a cerimônia e pelo liberando, ou alguém a seu rogo, se não souber ou não puder escrever.

§ 2º - Cópia desse termo deverá ser remetida ao Juiz da execução.

**Art. 138** - Ao sair o liberado do estabelecimento penal, ser-lhe-á entregue, além do saldo de seu pecúlio e do que lhe pertencer, uma caderneta, que exhibirá à autoridade judiciária

ou administrativa, sempre que lhe for exigida.

§ 1º - A caderneta conterá:

- a) a identificação do liberado;
- b) o texto impresso do presente Capítulo;
- c) as condições impostas.

§ 2º - Na falta de caderneta, será entregue ao liberado um salvo-conduto, em que constem as condições do livramento, podendo substituir-se a ficha de identificação ou o seu retrato pela descrição dos sinais que possam identificá-lo.

§ 3º - Na caderneta e no salvo-conduto deverá haver espaço para consignar-se o cumprimento das condições referidas no art. 132 desta lei.

**Art. 139** - A observação cautelar e a proteção realizadas por serviço social penitenciário, Patronato ou Conselho da Comunidade terão a finalidade de:

I - fazer observar o cumprimento das condições especificadas na sentença concessiva do benefício;

II - proteger o beneficiário, orientando-o na execução de suas obrigações e auxiliando-o na obtenção de atividade laborativa.

Parágrafo único. A entidade encarregada da observação cautelar e da proteção do liberado apresentará relatório ao Conselho Penitenciário, para efeito da representação prevista nos arts. 143 e 144 desta lei.

**Art. 140** - A revogação do livramento condicional dar-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 86 e 87 do Código Penal.

Parágrafo único. Mantido o livramento condicional, na hipótese da revogação facultativa, o juiz deverá advertir o liberado ou agravar as condições.

**Art. 141** - Se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das duas penas.

**Art. 142** - No caso de revogação por outro motivo, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento.

**Art. 143** - A revogação será decretada a requerimento do Ministério Público, mediante representação do Conselho Penitenciário, ou, de ofício, pelo juiz, ouvido o liberado.

**Art. 144** - O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou mediante representação do Conselho Penitenciário, e ouvido o liberado, poderá modificar as condições especificadas na sentença, devendo o respectivo ato decisório ser lido ao liberado por uma das autoridades ou funcionários indicados no inciso I do art. 137 desta lei, observado o disposto nos incisos II e III e §§ 1º e 2º do mesmo artigo.

**Art. 145** - Praticada pelo liberado outra infração penal, o juiz poderá ordenar a sua prisão, ouvidos o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, suspendendo o curso do livramento condicional, cuja revogação, entretanto, ficará dependendo da decisão final.

**Art. 146** - O juiz, de ofício, a requerimento do interessado, do Ministério Público ou mediante representação do Conselho Penitenciário, julgará extinta a pena privativa de liberdade, se expirar o prazo do livramento sem revogação.

## **CAPÍTULO II**

### ***DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS***

#### **Seção I**

##### ***Disposições Gerais***

**Art. 147** - Transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o juiz da execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares.

**Art. 148** - Em qualquer fase da execução, poderá o juiz, motivadamente, alterar a forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana, ajustando-as às condições pessoais do condenado e às características do estabelecimento, da entidade ou do programa comunitário ou estatal.

#### **SEÇÃO II**

##### ***Da prestação de serviços à comunidade***

**Art. 149** - Caberá ao juiz da execução:

I - designar a entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou convencionado, junto ao qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente, de acordo com as suas aptidões;

II - determinar a intimação do condenado, cientificando-o da entidade, dias e horário em que deverá cumprir a pena;

III - alterar a forma de execução, a fim de ajustá-la às modificações ocorridas na jornada de trabalho.

§ 1º - O trabalho terá a duração de oito horas semanais e será realizado aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho, nos horários estabelecidos pelo juiz.

§ 2º - A execução terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

**Art. 150** - A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta

disciplinar.

### **SEÇÃO III**

#### ***Da limitação de fim de semana***

**Art. 151** - Caberá ao juiz da execução determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deve cumprir a pena.

Parágrafo único. A execução terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

**Art. 152** - Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.

**Art. 153** - O estabelecimento designado encaminhará, mensalmente, ao juiz da execução, relatório, bem assim comunicará, a qualquer tempo, a ausência ou a falta disciplinar do condenado.

### **Seção IV**

#### ***Da interdição temporária de direitos***

**Art. 154** - Caberá ao juiz da execução comunicar à autoridade competente a pena aplicada, determinada a intimação do condenado.

§ 1º - Na hipótese de pena de interdição do art. 47, inciso I, do Código Penal, a autoridade deverá, em vinte e quatro horas, contadas do recebimento do ofício, baixar alto, a partir do qual a execução terá seu início.

§ 2º - Nas hipóteses do art. 47, incisos II e III, do Código Penal, o Juízo da Execução determinará a apreensão dos documentos, que autorizam o exercício do direito interditado.

**Art. 155** - a autoridade deverá comunicar imediatamente ao juiz da execução o descumprimento da pena.

Parágrafo único. A comunicação prevista neste artigo poderá ser feita por qualquer prejudicado.

### **CAPÍTULO III**

#### ***DA SUSPENSÃO CONDICIONAL***

**Art. 156** - O juiz poderá suspender, pelo período de dois a quatro anos, a

execução da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, na forma prevista nos arts. 77 a 82 do Código Penal.

**Art. 157** - O juiz ou Tribunal, na sentença que aplicar pena privativa de liberdade, na situação determinada no artigo anterior, deverá pronunciar-se, motivadamente, sobre a suspensão condicional, quer a conceda, quer a denegue.

**Art. 158** - Concedida a suspensão, o juiz especificará as condições a que fica sujeito o condenado, pelo prazo fixado, começando este a correr da audiência prevista nos art. 160 desta lei.

§ 1º - As condições serão adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado, devendo ser incluída entre as mesmas a de prestar serviços à comunidade, ou limitação de fim de semana, salvo hipótese do art. 78, § 2º, do Código Penal.

§ 2º - O juiz poderá a qualquer tempo, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante proposta do Conselho Penitenciário, modificar as condições e regras estabelecidas na sentença, ouvido o condenado.

§ 3º - A fiscalização do cumprimento das condições, regulada nos Estados, Territórios e Distrito Federal por normas supletivas, será atribuída a serviço social penitenciário, patronato, Conselho da Comunidade ou instituição beneficiada com a prestação de serviços, inspecionados pelo Conselho Penitenciário, pelo Ministério Público, ou ambos, devendo o juiz da execução suprir, por ato, a falta das normas supletivas.

§ 4º - O beneficiário, ao comparecer periodicamente à entidade fiscalizadora, para comprovar a observância das condições a que está sujeito, comunicará, também, a sua ocupação e os salários ou proventos de que vive.

§ 5º - A entidade fiscalizadora deverá comunicar imediatamente ao órgão de inspeção, para os fins legais, qualquer fato capaz de acarretar a revogação do benefício, a prorrogação do prazo ou a modificação das condições.

§ 6º - Se for permitido ao beneficiário mudar-se, será feita comunicação ao juiz e à entidade fiscalizadora do local da nova residência, aos quais o primeiro deverá apresentar-se imediatamente.

**Art. 159** - Quando a suspensão condicional da pena for concedida por Tribunal, a este caberá estabelecer as condições do benefício.

§ 1º - De igual modo proceder-se-á quando o tribunal modificar as condições estabelecidas na sentença recorrida.

§ 2º - O Tribunal, ao conceder a suspensão condicional da pena, poderá, todavia,

conferir ao Juízo da Execução a incumbência de estabelecer as condições do benefício, e, em qualquer caso, a de realizar a audiência admonitória.

**Art. 160** - Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz a lerá ao condenado, em audiência, advertindo-o das consequências de nova infração penal e do descumprimento das condições impostas.

**Art. 161** - Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de vinte dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.

**Art. 162** - A revogação da suspensão condicional da pena e a prorrogação do período de prova dar-se-ão na forma do art. 81 e respectivos parágrafos do Código Penal.

**Art. 163** - A sentença condenatória será registrada com a nota de suspensão, em livro especial do juízo a que couber a execução da pena.

§ 1º - Revogada a suspensão ou extinta a pena, será o fato averbado à margem do registro.

§ 2º - O registro e a averbação serão sigilosos, salvo para efeito de informações requisitadas por órgão judiciário ou pelo Ministério Público para instruir processo penal.

## **CAPÍTULO IV**

### ***DA PENA DE MULTA***

**Art. 164** - Extraída certidão da sentença condenatória com trânsito em julgado, que valerá como título executivo judicial, o Ministério Público requererá, em autos apartados, a citação do condenado para, no prazo de dez dias, pagar o valor da multa ou nomear bens à penhora.

§ 1º - Decorrido o prazo sem o pagamento da multa, ou o depósito da respectiva importância, proceder-se-á à penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

§ 2º - A nomeação de bens à penhora e a posterior execução seguirão o que dispuser a lei processual civil.

**Art. 165** - se a penhora recair em bem imóvel, os autos apartados serão remetidos ao juízo cível para prosseguimento.

**Art. 166** - Recaindo a penhora em outros bens, dar-se-á prosseguimento nos



termos do § 2º do art. 164 desta lei.

**Art. 167** - a execução da pena de multa será suspensa quando sobrevier ao condenado doença mental (art. 52 do Código Penal).

**Art. 168** - O juiz poderá determinar que a cobrança da multa se efetue mediante desconto no vencimento ou salário do condenado, nas hipóteses do art. 50, § 1º do Código Penal, observando-se o seguinte:

I - o limite máximo do desconto mensal será o da quarta parte da remuneração e o mínimo o de um décimo;

II - o desconto será feito mediante ordem do juiz a quem de direito;

III - o responsável pelo desconto será intimado a recolher, mensalmente, até o dia fixado pelo juiz, a importância determinada.

**Art. 169** - Até o término do prazo a que se refere o art. 164 desta lei, poderá o condenado requerer ao juiz o pagamento da multa em prestações mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º - O juiz, antes de decidir, poderá determinar diligências para verificar a real situação econômica do condenado e, ouvido o Ministério Público, fixará o número de prestações.

§ 2º - Se o condenado for impontual ou se melhorar de situação econômica, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, revogará o benefício executando-se a multa, na forma prevista neste Capítulo, ou prosseguindo-se na execução já iniciada.

**Art. 170** - Quando a pena de multa for aplicada cumulativamente com pena privativa da liberdade, enquanto esta estiver sendo executada, poderá aquela ser cobrada mediante desconto na remuneração do condenado (art. 168).

§ 1º - Se o condenado cumprir a pena privativa de liberdade ou obtiver livramento condicional, sem haver resgatado a multa, far-se-á a cobrança nos termos deste capítulo.

§ 2º - aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior aos casos em que for concedida a suspensão condicional da pena.

## **TÍTULO VI**

### ***DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA***

## **CAPÍTULO I**

### ***DISPOSIÇÕES GERAIS***

**Art. 171** - Transitada em julgado a sentença que aplicar medida de segurança, será ordenada a expedição de guia para a execução.

**Art. 172** - Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

**Art. 173** - A guia de internamento ou de tratamento ambulatorial, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a subscreverá com o juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterá:

I - a qualificação do agente e o número do registro geral do órgão oficial de identificação;

II - o inteiro teor da denúncia e da sentença que tiver aplicado a medida de segurança, bem como a certidão do trânsito em julgado;

III - a data em que terminará o prazo mínimo de internação, ou do tratamento ambulatorial;

IV - outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento ou internamento.

§ 1º - Ao Ministério Público será dada ciência da guia de recolhimento e de sujeição a tratamento.

§ 2º - a guia será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao prazo de execução.

**Art. 174** - Aplicar-se-á, na execução da medida de segurança, naquilo que couber, o disposto nos arts. 8º e 9º desta lei.

## **CAPÍTULO II**

### ***DA CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE***

**Art. 175** - A cessação da periculosidade será averiguada no fim do prazo mínimo de duração da medida de segurança, pelo exame das condições pessoais do agente, observando-se o seguinte:

I - a autoridade administrativa, até um mês antes de expirar o prazo de duração

mínima da medida, remeterá ao juiz minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a revogação ou permanência da medida;

II - O relatório será instruído com o laudo psiquiátrico;

III - juntado aos autos o relatório ou realizadas as diligências, serão ouvidos, sucessivamente, o Ministério Público e o curador ou defensor, no prazo de três dias para cada um;

IV - o juiz nomeará curador ou defensor para o agente que não o tiver;

V - o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências, ainda que expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança;

VI - ouvidas as partes ou realizadas as diligências a que se refere o inciso anterior, o juiz proferirá a sua decisão, no prazo de cinco dias.

**Art. 176** - Em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade, procedendo-se nos termos do artigo anterior.

**Art. 177** - Nos exames sucessivos para verificar-se a cessação da periculosidade, observar-se-á, no que lhes for aplicável, o disposto no artigo anterior.

**Art. 178** - Nas hipóteses de desinternação ou de liberação (art. 97, § 3º, do Código Penal), aplicar-se-á o disposto nos arts. 132 e 133 desta lei.

**Art. 179** - Transitada em julgado a sentença, o juiz expedirá ordem para a desinternação ou a liberação.

## **TÍTULO VII**

### ***DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO***

#### **CAPÍTULO I**

##### ***DAS CONVERSÕES***

**Art. 180** - A pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que:

I - o condenado a esteja cumprindo em regime aberto;

II - tenha sido cumprido pelo menos um quarto da pena;

III - os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a conversão recomendável.

**Art. 181** - A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do art. 45 e seus incisos do Código Penal.

§ 1º - A pena de prestação de serviços à comunidade será convertida quando o condenado:

a) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido, ou desatender a intimação por edital;

b) não comparecer, injustificadamente, à entidade ou programa em que deva prestar serviço;

c) recusar-se, injustificadamente, a prestar o serviço que lhe foi imposto;

d) praticar falta grave;

e) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa.

§ 2º - A pena de limitação de fim de semana será convertida quando o condenado não comparecer ao estabelecimento designado para o cumprimento da pena, recusar-se a exercer a atividade determinada pelo juiz ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras a, d e e do parágrafo anterior.

§ 3º - A pena de interdição temporária de direitos será convertida quando o condenado exercer, injustificadamente, o direito interditado ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras a e e do § 1º deste artigo.

**Art. 182** - A pena de multa será convertida em detenção, na forma prevista pelo art. 51 do Código Penal.

§ 1º - Na conversão, a cada dia-multa corresponderá um dia de detenção, cujo tempo de duração não poderá ser superior a um ano.

§ 2º - A conversão tornar-se-á sem efeito se, a qualquer tempo, for paga a multa.

**Art. 183** - Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o juiz, de ofício, a

requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.

**Art. 184** - O tratamento ambulatorial poderá ser convertido em internação se o agente revelar incompatibilidade com a medida.

Parágrafo único. Nesta hipótese, o prazo mínimo de internação será de um ano.

## **CAPÍTULO II**

### ***DO EXCESSO OU DESVIO***

**Art. 185** - Haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares.

**Art. 186** - Podem suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução:

I - o Ministério Público;

II - o Conselho Penitenciário;

III - o sentenciado;

IV - qualquer dos demais órgãos da execução penal.

## **CAPÍTULO III**

### ***DA ANISTIA E DO INDULTO***

**Art. 187** - Concedida a anistia, o juiz, de ofício, a requerimento do interessado ou do Ministério Público, por proposta da autoridade administrativa ou do Conselho Penitenciário, declarará extinta a punibilidade.

**Art. 188** - O indulto individual poderá ser provocado por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário, ou da autoridade administrativa.

**Art. 189** - A petição do indulto, acompanhada dos documentos que a instruírem, será entregue ao Conselho Penitenciário, para a elaboração de parecer e posterior encaminhamento ao Ministério da Justiça.

**Art. 190** - O Conselho Penitenciário, à vista dos autos do processo e do prontuário, promoverá as diligências que entender necessárias e fará, em relatório, a narração do ilícito penal e dos fundamentos da sentença condenatória, a exposição

dos antecedentes do condenado e do procedimento deste depois da prisão, emitindo seu parecer sobre o mérito do pedido e esclarecendo qualquer formalidade ou circunstâncias omitidas na petição.

**Art. 191** - Processada no Ministério da Justiça com documentos e o relatório do Conselho Penitenciário, a petição será submetida a despacho do Presidente da República, a quem serão presentes os autos do processo ou a certidão de qualquer de suas peças, se ele o determinar.

**Art. 192** - Concedido o indulto e anexada aos autos cópia do decreto, o juiz declarará extinta a pena ou ajustará a execução aos termos do decreto, no caso de comutação.

**Art. 193** - Se o sentenciado for beneficiado por indulto coletivo, o juiz, de ofício, a requerimento do interessado, do Ministério Público, ou por iniciativa do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa, providenciará de acordo com o disposto no artigo anterior.

## **TÍTULO VIII**

### ***DO PROCEDIMENTO JUDICIAL***

**Art. 194** - O procedimento correspondente às situações previstas nesta lei será judicial, desenvolvendo-se perante o Juízo da Execução.

**Art. 195** - O procedimento judicial iniciar-se-á de ofício, a requerimento do Ministério Público, do interessado, de quem o represente, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante proposta do Conselho Penitenciário, ou, ainda, da autoridade administrativa.

**Art. 196** - A portaria ou petição será autuada ouvindo-se, em três dias, o condenado e o Ministério Público, quando não figurem como requerentes da medida.

§ 1º - Sendo desnecessária a produção de prova, o juiz decidirá de plano, em igual prazo.

§ 2º - Entendendo indispensável a realização de prova pericial ou oral, o juiz a ordenará, decidindo após a produção daquela ou na audiência designada.

**Art. 197** - Das decisões proferidas pelo juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.

## **TÍTULO IX**

## ***DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS***

**Art. 198** - É defesa ao integrante dos órgãos da execução penal, e ao servidor, a divulgação de ocorrência que perturbe a segurança e a disciplina dos estabelecimentos, bem como exponha o preso a inconveniente notoriedade, durante o cumprimento da pena.

**Art. 199** - O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal.

**Art. 200** - O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho.

**Art. 201** - Na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se efetivará em seção especial da Cadeia Pública.

**Art. 202** - Cumprida ou extinta a pena, não contarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

**Art. 203** - No prazo de seis meses, a contar da publicação desta lei, serão editadas as normas complementares ou regulamentares, necessárias à eficácia dos dispositivos não auto-aplicáveis.

§ 1º - Dentro do mesmo prazo deverão as unidades federativas, em convênio com o Ministério da Justiça, projetar a adaptação, construção e equipamento de estabelecimentos e serviços penais previstos nesta lei.

§ 2º - Também, no mesmo prazo, deverá ser providenciada a aquisição ou desapropriação de prédios para instalação de casas de albergados.

§ 3º - O prazo a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser ampliado, por ato do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, mediante justificada solicitação, instruída com os projetos de reforma ou de construção de estabelecimentos.

§ 4º - O descumprimento injustificado dos deveres estabelecidos para as unidades federativas implicará na suspensão de qualquer ajuda financeira a elas destinada pela União, para atender às despesas de execução das penas e medidas de segurança.

**Art. 204** - Esta lei entra em vigor concomitantemente com a lei de reforma da Parte Geral do Código Penal, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957.

Brasília, em 11 de julho de 1.984; 163º da Independência e 96º da República.

**JOÃO FIGUEIREDO**



## **ANEXO 8 – LEI 9.714/98**

**LEI Nº 9.714, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 55 e 77 do [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#), passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Penas restritivas de direitos

[Art. 43.](#) As penas restritivas de direitos são:

I – prestação pecuniária;

II – perda de bens e valores;

III – [\(VETADO\)](#)

IV – prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas;

V – interdição temporária de direitos;

VI – limitação de fim de semana."

[Art. 44.](#) As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

§ 1º [\(VETADO\)](#)

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por

duas restritivas de direitos.

§ 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

§ 5º Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior."

"Conversão das penas restritivas de direitos

Art. 45. Na aplicação da substituição prevista no artigo anterior, proceder-se-á na forma deste e dos arts. 46, 47 e 48.

§ 1º A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode consistir em prestação de outra natureza.

§ 3º A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

§ 4º (VETADO)"

"Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas

Art. 46. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

§ 1º A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

§ 2º A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais,

hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º As tarefas a que se refere o § 1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 4º Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada."

"Interdição temporária de direitos

Art. 47.....

.....

IV – proibição de freqüentar determinados lugares."

"Art. 55. As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída, ressalvado o disposto no § 4º do art. 46."

"Requisitos da suspensão da pena

Art. 77.....

.....

§ 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensão, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

## **ANEXO 9 - Projeto de Emenda Constitucional 489/05**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 489 , DE 2005**  
**(Do Sr. Medeiros e outros)**

Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 228. O menor de dezoito anos acusado da prática de delito penal será submetido a prévia avaliação psicológica, podendo o juiz concluir pela sua imputabilidade, se julgar que o seu grau de maturidade justifica a aplicação da pena.  
Parágrafo único. Concluindo o Juiz pela inimputabilidade do menor de dezoito anos, estará este sujeito às normas da legislação especial."*

**JUSTIFICAÇÃO**

A prática de crimes por menores de dezoito anos, em nosso País, tem-se tornado um fato corriqueiro, que assusta a população e cria insegurança entre os cidadãos, como decorrência da inimputabilidade do menor.

A norma contida no art. 228 da Constituição Federal, segundo a qual é inimputável o menor de dezoito anos, em vez de trazer benefícios aos menores sem desenvolvimento mental e emocional completo, acaba por gerar uma porta de livre acesso aos bandidos maiores. Estes passam a se utilizar dos menores para a prática dos delitos, ficando à margem de qualquer punição, já que o agente do crime é ininputável.

Assim, os maiores se escondem, enquanto os menores de dezoito anos saem em campo, praticando os mais diversos crimes, protegidos pelo manto da inimputabilidade.

A proteção ao menor vem de uma época em que as crianças e adolescentes não eram expostas a um volume intenso de informação como se vive

na sociedade moderna.

Existem menores de dezoito anos que realmente são ingênuos e manipuláveis, não entendendo realmente o caráter criminoso dos atos por eles praticados. Por outro lado, nos tempos modernos, há também muitos menores que não só entendem perfeitamente a consequência dos seus atos como chegam a se tornar verdadeiros

chefes do crime organizado, ocupando, por exemplo, postos estratégicos de comando, no tráfico de drogas.

Dizer que estes menores são inocentes, desprotegidos, infantis, sem desenvolvimento suficiente para entender seus próprios atos é um sofisma inaceitável, insustentável e improvável.

Torna-se urgente rever esta posição de proteção ao bandido menor de dezoito anos, sem contudo, generalizar a solução adotada, deixando ao prudente exame do Judiciário a análise de cada caso concreto.

Na Inglaterra, tratando-se de crimes hediondos, a responsabilidade penal incide a partir dos dez anos de idade.

Nos Estados Unidos, existem divergências nas legislações dos diversos Estados. Em alguns deles, nos crimes mais graves, admite-se a punição do

infrator a partir dos catorze anos.

Em Portugal, a maioridade penal ocorre aos dezesseis anos.

Esta solução legal também é adotada Argentina, Espanha, Bélgica e Israel.

Na Alemanha e Haiti, a imputabilidade penal começa aos catorze anos.

Estes exemplos mostram claramente que o critério de fixação da idade, para efeitos de responsabilidade penal, não é absoluto, podendo variar de

acordo com a gravidade do crime, a realidade social do país, o momento histórico, entre outros aspectos.

No Brasil, a idade de dezoito anos foi eleita por um critério de política criminal. A fixação desse limite diverge dos fatos sociais, em que menores de dezoito anos demonstram claramente possuir a consciência do fato criminoso e a vontade deliberada de praticar tal conduta, sendo plenamente imputável.

Entendemos que essa distinção entre o menor consciente dos seus atos, demonstrado tal fato por exames psicológicos confiáveis, e o menor com

desenvolvimento mental e emocional incompleto é de suma importância para a definição da imputabilidade do menor.

Esta solução é semelhante àquela adotada para os índios. Se o índio viver em estado natural, sem aculturação, não adaptado à civilização, será considerado inimputável, uma vez que não possui o desenvolvimento suficiente para entender o caráter delituoso de sua ação. São os chamados silvícolas inadaptados.

Todavia, é plenamente imputável o índio já aculturado, com desenvolvimento mental que lhe permite compreender a ilicitude de seus atos, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal..

Desse modo, propomos alteração no art. 228 da Constituição Federal, não para reduzir simplesmente a maioridade penal, mas

para permitir que o Juiz, no caso concreto, examine a situação do acusado e determine se é ele inimputável ou não, mesmo sendo menor de dezoito anos.

Para esse aperfeiçoamento da norma constitucional, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado **MEDEIROS**



## **ANEXO 10- Projeto de Lei 7.225/06**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 7225 DE 2006**  
**Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 –**  
**Lei de Execução Penal, para prever como falta**  
**disciplinar grave a utilização de telefone celular**  
**pelo preso.**

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º O art. 50 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de**  
**Execução penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:**

**“Art. 50. ....**  
**.....**

**VII – ter em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de**  
**rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com**  
**o ambiente externo.**

**.....” (NR)**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**  
**Senado Federal, em de junho de 2006.**  
**Senador Renan Calheiros**